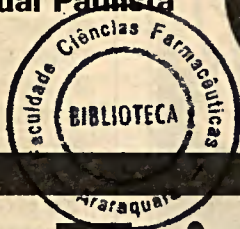


Jornal da

Universidade Estadual Paulista

Junho/90

Ano VI - n.º 48



unesp

Plano Trienal consolida Universidade

As diretrizes que nortearão a gestão do reitor da UNESP, professor Paulo Milton Barbosa Landim, nos campos do ensino, pesquisa e extensão, são apresentadas no Plano Trienal 1990-1992. Pág. 5



ENTREVISTA
ANTÔNIO CABRERÁ

Em entrevista exclusiva, o mais jovem ministro da história do Brasil garante que vai realizar a reforma agrária e instituir uma "Lei Agrária", com regras definidas para o produtor. O ministro da Agricultura fala também sobre as relações entre agricultores e o meio acadêmico, cobrando maior participação da Universidade.

Págs. 6 e 7

GRADUAÇÃO

Pró-Reitoria propõe a implantação de projeto pedagógico em 36 cursos.

Pág. 9

CONVÊNIO

As três universidades estaduais paulistas suspendem os chamados "cursos de 30 horas".

Pág. 4



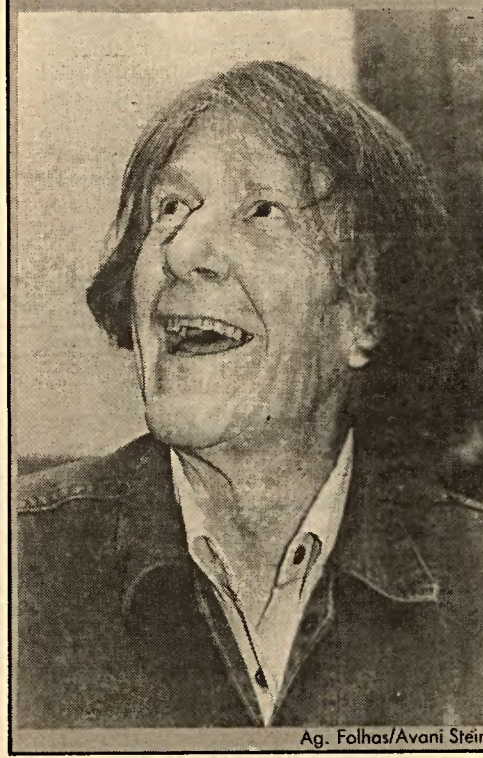
Questão de sobrevivência

Cálculos realizados na UNESP revelam: a sobrevivência da Universidade exige que, ao índice de 1,94% da arrecadação do ICMS, seja acrescentado 0,46 ponto percentual. Leia o Editorial, à pág. 3.

HAPPENING

Algumas das mais provocantes obras da vanguarda musical dos últimos cem anos, como a de John Cage (foto), serão apresentadas no "happening" "Fluxus Event(o)unesp", no Instituto de Artes, durante 18 horas consecutivas.

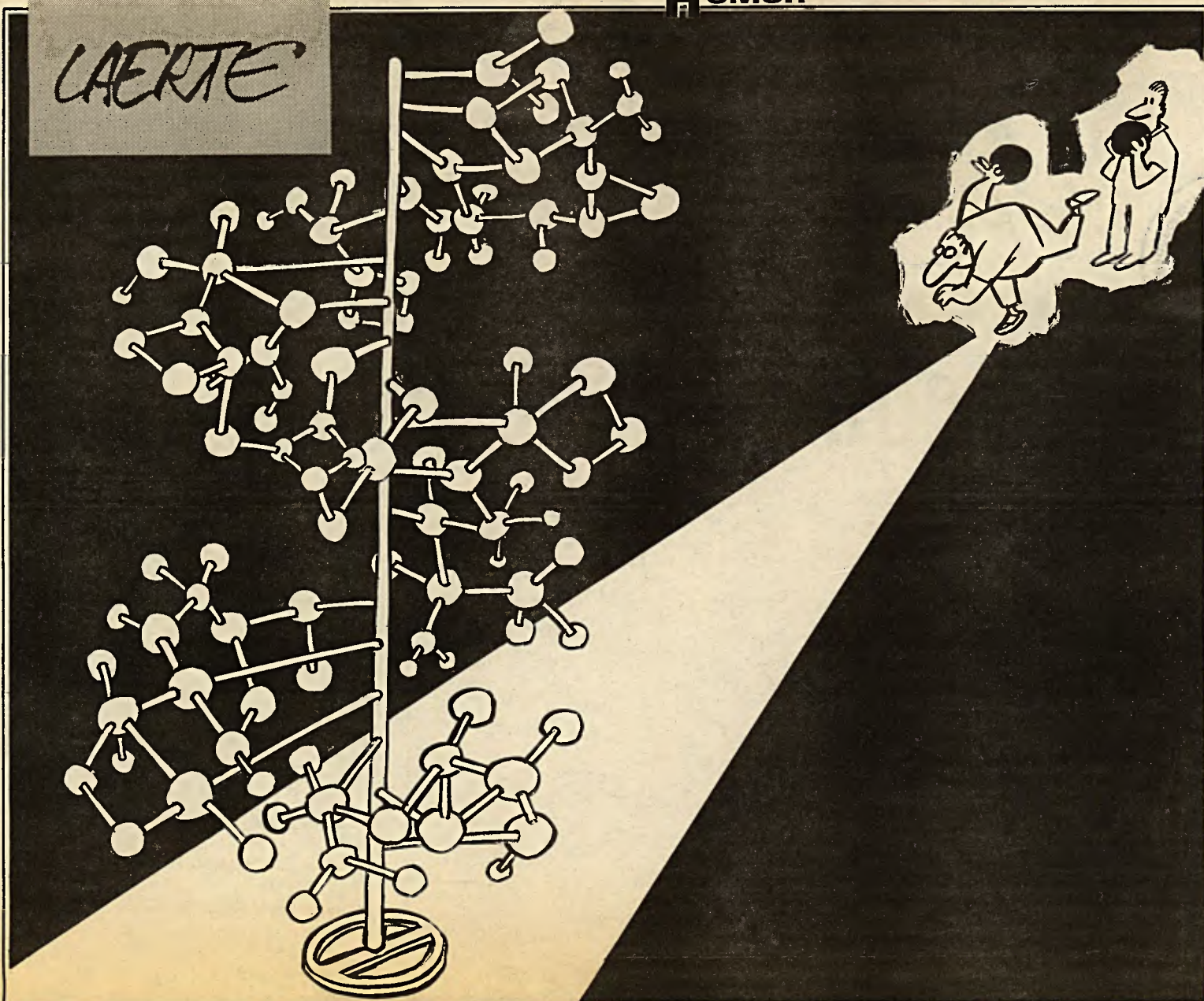
Pág. 12



Ag. Folhas/Avani Stein

"A Face Oculta da Universidade", livro do cientista francês Wladimir Kourganoff, comentado à pág. 11.

LAERTE



CARTAS

Desapontamento

Foi com estranheza que, ao folhearmos o Jornal da UNESP do mês de abril, constatamos que não havia notícia alguma com referência às solenidades de comemoração do 30.º aniversário do campus de São José dos Campos. Desta forma, externamos nosso desapontamento e pedimos esclarecimentos sobre a maneira correta de se proceder para que uma matéria seja incluída no Jornal da UNESP.

Antenor Araújo - diretor

As comemorações dos 30 anos da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos não foram incluídas na edição do mês de abril do Jornal da UNESP porque havia a previsão de que o referido campus seria abordado, de forma ampla, em nossa seção mensal "Perfil das Unidades" deste mês, como pode ser comprovado à página 10.

Os textos para publicação no Jornal da UNESP devem ser enviados à Redação, onde serão submetidos a análise quanto à sua conveniência e oportunidade. Embora espere um espreitamento sempre maior com docentes, funcionários e alunos, o Jornal da UNESP não se obriga a publicar os textos que recebe.

...

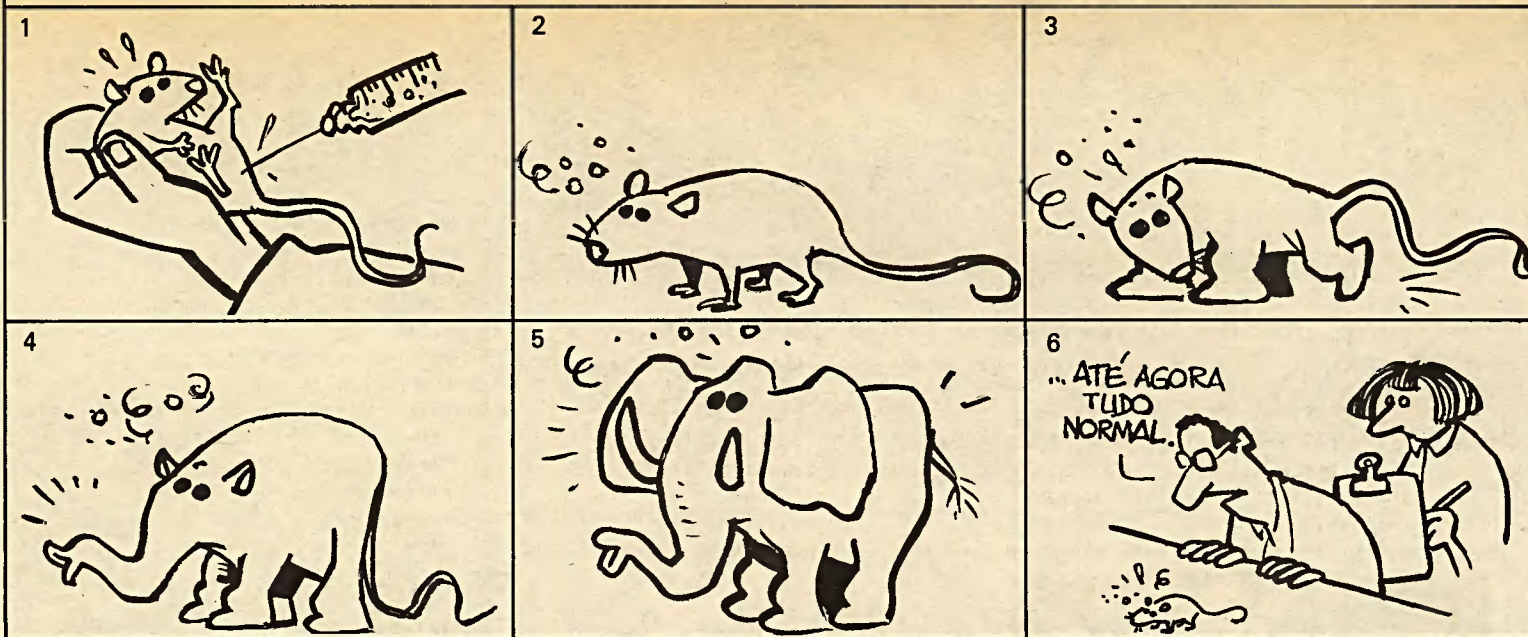
Pesquisas

Agradeço o envio do Jornal da UNESP, que tanto tem me auxiliado nas aulas que ministro na Universidade de Uberaba — UNIUBE —, em especial as matérias que destacam as pesquisas realizadas pela UNESP. Na oportunidade, reafirmo votos de estima e apreço.

Renato Muniz de Carvalho

Agradecimentos

Escreveram agradecendo o envio do Jornal da UNESP as seguintes instituições: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, Biblioteca Central da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), Biblioteca Central do Instituto Adolfo Lutz, Universidade de Mogi das Cruzes, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e Fundação Educacional do Estado do Pará.



unesp

Universidade Estadual Paulista

Reitoria: Praça da Sé, 108 - CEP 01001 - São Paulo, SP.
Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauri, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Autarquia Vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia - FATEC - de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

Outras Unidades: Instituto de Física Teórica (São Paulo) e Instituto de Pesquisas Meteorológicas (Bauri).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Arthur Roquete de Macedo
Pró-reitor de Graduação: Antônio César Perri de Carvalho

Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Antônio Manoel dos Santos Silva

Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Carlos Ruggiero

Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Antenor Araújo, Antônio Espada Filho, Antônio Carlos Massabni, Bruno Mancini, Carminha da Cruz Landim, Cecílio Linder, Dinah Borges de Almeida, Flávio Abranches Pinheiro, Irineu Bicudo, Irineu de Moura, Jayme Wanderley Gasparoto, José Ênio Casalecchi, José Ribeiro Júnior, Márcio Antônio Teixeira, Márcio Rubens Graf Kuchembuck, Nelson de Araújo, Nelson Gimenes Fernandes, Nelson Múrcia, Nivaldo José Bócio, Paulo de Tarso Oliveira, Sérgio Nereu Pagano, Taisuko Sakima e Telmo Correia Arrais.

Representante das Unidades Complementares: Newton Castagnoli.

Representantes Docentes: Antônio Carlos Silveira, Antônio Celso Wagner Zanin, Arleta Nóbrega Z.M. de Campos, Carlos Alberto Penatti, Cristo Bladimiro Melios, Euripedes Alves da Silva, João Alberto de Oliveira, José Aluizio Reis de Andrade, Kleber Pinto Silva, Luiz Carlos Donadio, Luiz Roberto Trovati, Maria Amélia Máximo de Araújo, Mário Balistieri Sobrinho, Myrian Xavier Frago, Nariaqui Cavaguti, Odair Correa Bueno, Odeiler Santo Guidugli, Olga Ceciliato Mattioli, Paulo Eduardo de Toledo Salgado, Reinaldo Ayer de Oliveira, Sebastião Hetem, Sheila Zambello de Pinho, Tereza Maria Malatian e Wellington Dinelli.

Representantes Discentes: Alexandre Martoni Patiri, Antônio Donizete Fernandes, Carlos Alberto Yara, Franco Borsari, José Aécio Silveiro Janini, José Gilberto de Souza e Renato Fonseca Barcellos.

Representantes Técnico-administrativos: Adauto José da Silva, Antônio Sérgio Brito, Daltro Brandão, Edmilson de Nola Sá, Gessé Gerardi, João Cardoso da Silva, José Eduardo S. Candeias, José Munhoz Fernandes, Luiz Gonçalves Rodrigues, Maria José Manoel e Maria José R. Martins.

FIESP: Horácio Lafer Piva
FAPESP: Nelson de Jesus Parada

Jornal da UNESP

Editor responsável: José Roberto Ferreira (MT 17.039)

Editor: Paulo Velloso

Redação: André Louzas e Denise Pellegrini

Editor de Arte: Celso Pupo

Produção: José Luiz Redini

Tiragem: 19.000 exemplares
Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa.
A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

Endereço: Rua do Carmo, 44, 5.º andar (CEP 01019), São Paulo, SP. Telefone: 37-4479.

Composição, Fotolito e Impressão: DCI - Indústria Gráfica & Editora S.A.

Questão de sobrevivência

No decorrer de treze longo anos, com idealismo e tenacidade, sem alardear resultados ou perseguir louros fáceis, a comunidade acadêmica da UNESP construiu de fato uma Universidade, e tem representado não somente o ensino público superior em todo o interior do Estado de São Paulo, mas também a retaguarda desse mesmo ensino público nos níveis de 1.º e 2.º graus.

Após a criação da UNESP e a decorrente integração dos antigos Institutos Estaduais de Ensino Superior, diretrizes emanadas do Conselho Estadual de Educação vedaram o aparecimento de novos institutos isolados estaduais. Por sua distribuição geográfica, desde sua origem, a UNESP tem sido alvo de apelos de Prefeituras desajustadas de transferir o ônus financeiro representado por institutos e faculdades que criaram e que não mais se interessavam por manter. Assim aconteceram, em 1988, as incorporações do Instituto Municipal de Ensino Superior de Presidente Prudente ao campus da UNESP da mesma cidade e da Fundação Educacional de Bauru, que somavam 24 cursos.

Não obstante o número de cursos mantidos e o elevado número de alunos — perto de 4.500 —, cujo total correspondia a aproximadamente 44% do contingente de alunos de graduação da UNESP, a Universidade de Bauru encontrava-se extremamente distante dos tradicionais padrões de qualidade das universidades públicas paulistas. Observe-se, a propósito, que 63,15% de seus docentes não possuíam então qualquer título acadêmico e apenas 15% haviam obtido o doutorado.

Essa incorporação poupou ao Estado preciosos recursos, que teriam sido inutilmente investidos na administração central de uma quarta universidade. Coube à UNESP a responsabilidade por esse investimento e a tutela acadêmica da instituição, bem como a árdua tarefa de promover o aprimoramento do ensino e o desenvolvimento da pesquisa no novo campus. No presente ano, a título de exemplificação, 52,63% dos professores do campus de Bauru frequentam cursos de pós-graduação, 38,42% dos quais com afastamento remunerado.

Os recursos colocados à disposição da Universidade, contudo, não correspondem aos novos encargos. Em 1987, o orçamento da UNESP correspondia a 2,0% da arrecadação do ICM. Em 1988, os custos decorrentes da extraordinária expansão de cursos e vagas, decidida no decorrer do segundo semestre do ano, não se haviam refletido de forma significativa no orçamento da Universidade. Assim, nesse ano, o montante dos recursos repassados à UNESP correspondeu a apenas 1,9% do referido imposto — o que, obviamente, não refletiu o seu processo de expansão: no final de 1988, a UNESP havia ampliado em 60% as vagas de graduação e pós-graduação.

Todos esses custos que, por motivos circunstanciais, não oneraram o orçamento de 1988, deveriam necessariamente incidir, portanto, na dotação orçamentária da UNESP para 1989. Não foi o que ocorreu. Nesse ano, desconsiderando os fatos acima expostos, os recursos destinados à UNESP, calculados a partir da média dos correspondentes percentuais do ICMS, relativos aos exercícios de 1986, 1987 e 1988, equivaleram a 1,94% daquele imposto. A média obtida não traduziu, portanto, as enormes responsabilidades que a Universidade assumira no ano atípico de 1988. Acresce observar que o referido cálculo não se destinava somente a definir o montante dos recursos



Mariza Dias Costa

a serem repassados no exercício de 1989. Pretendia-se que a média obtida passasse a indicar, em termos percentuais e definitivos, o total dos recursos a serem anualmente destinados à Universidade para o exercício da autonomia de gestão financeira que o Governo do Estado dispunha-se a conceder às universidades estaduais.

De nada valeram então as fundamentadas ponderações da UNESP. O Decreto 29.598, de 02/02/90, a partir da soma dos percentuais correspondentes a cada uma das universidades estaduais, fixou em 8,4% do ICMS o montante total desses recursos.

No corrente ano, além dos gravíssimos problemas de ordem estrutural decorrentes da inadequação do percentual que lhe coube, a UNESP enfrenta ainda os percalços conjunturais advindos do plano de estabilização econômica posto em execução pelo novo governo da República. De acordo com cálculos criteriosos realizados no âmbito da UNESP, a sobrevivência da Universidade exige que, ao índice de 1,94%, seja, acrescentado, no momento, 0,46 ponto percentual.

A UNESP vem cumprindo, a duras penas, sua parte no processo de democratização do acesso ao ensino público superior, uma das metas do governo do Estado. Espera-se que o Executivo estadual e as forças políticas que continuamente clamam pela ampliação de vagas no ensino público providenciem, com urgência, o suporte insofismavelmente necessário ao trabalho competente e responsável da UNESP.

A Universidade necessária

A Universidade, como o próprio nome sugere, refere-se a um universo e, em assim sendo, deve ser o fórum de debates por excelência, sem preconceitos, sem prioridades, sem demagogias e sem ingerências políticas.

Periodicamente, a Universidade é questionada por docentes, profissionais por ela formados e até mesmo pela comunidade, sobre qual o direcionamento a ser dado com relação ao ensino, à pesquisa e à prestação de serviços à comunidade. Isto é fato desejável, de modo a quebrar qualquer rotina que possa se estabelecer na Universidade e fornecer subsídios para novas motivações.

Qual a orientação a ser dada aos currículos plenos dos diversos cursos de graduação? Deve-se formar um profissional prático ou com sólida formação em conhecimentos básicos em sua área de atuação? Esta questão sempre vem à tona quando o mercado de trabalho é recessivo, procurando-se aumentar a duração dos cursos com disciplinas de caráter puramente aplicado e que refletem um problema momentâneo. Na verdade, o que a Universidade deve produzir é um profissional com sólidos conhecimentos básicos: um técnico que esteja, ao mesmo tempo, apto a resolver problemas práticos e modificar a composição de um implemento agrícola frente a uma nova realidade e não um profissional que apenas saiba acoplar implementos a um trator e dirigi-lo nas tarefas triviais de uma fazenda; um profissional que tenha condições de modificar o manejo de um determinado animal ou mesmo modificá-lo geneticamente de modo a se conseguir aumentos de produtividade, e não um mero executor mecânico de serviços. Almeja-se um profissional que tenha capacidade de raciocinar em termos de gerenciamento de uma empresa agropecuária, e não apenas um

aplicador de receitas preestabelecidas, às vezes distanciadas da realidade. Não fora esta filosofia, já adotada pelas boas universidades brasileiras, entre elas a UNESP, e não teríamos o cerrado do Brasil central como celeiro na produção de grãos; não teríamos produção de hortaliças em regiões de clima quente; não teríamos o domínio da manipulação de embriões e da cultura de tecidos e muitas outras tecnologias, frutos da capacidade dos bons profissionais formados.

É importante lembrar, contudo, que o mau material não dará boa ferramenta, por melhor que seja o ferreiro. E aqui deve situar-se uma grande preocupação da Universidade: o recrutamento de seus alunos através do sistema vestibular.

E a pesquisa? Ela deve ser básica, aplicada ou feita sob encomenda? Na realidade, não existe pesquisa básica ou pesquisa aplicada. O que existe é a boa ou a má pesquisa, a pesquisa programada, fundamentada em teorias comprovadas e que venham resolver um problema imediato da nação. Veríamos o grande avanço da eletrônica de hoje não fora a descoberta puramente por curiosidade, do transistor? O grande problema em relação à pesquisa é a falta de recursos associada à ausência de uma política de coordenação no seu planejamento. Esse era o sonho da EMBRAPA no início da década de 70: atuar na coordenação dos projetos de pesquisa no Brasil, de modo a que os poucos recursos disponíveis fossem aplicados da melhor maneira possível, impedindo que um mesmo assunto fosse pesquisado em duplicata ou triplicata nas unidades de pesquisa, fossem elas da Universidade ou dos Institutos de Pesquisa.

Com a relação a problemas de interesse real e imediato, aqui, sim, é aconselhável que a Universidade possua um órgão de

coordenação, de modo a constituir equipes com o objetivo único e imediato de resolvê-los. Não deverá haver barreiras, sejam elas burocráticas ou financeiras.

E a extensão de serviços à comunidade, como a Universidade deve encarar-la? Não acreditamos que os pesquisadores devam sair a campo, perguntando aqui e acolá quais os problemas que os agricultores e pecuaristas vêm enfrentando, para, em cima deles, elaborar seus projetos de pesquisa. Um problema real e importante aflora normalmente e a imprensa o torna público e notório. A Universidade deve, isto sim, ter suas portas totalmente abertas a todos os níveis de produtores rurais e a todos os órgãos que os congreguem ou representem, atendendo-os com todo seu potencial e, quando necessário, elaborando projetos de pesquisa para a busca das respostas necessárias.

A Universidade, na área das ciências agrárias e veterinárias, poderá, ainda, desenvolver papel relevante em relação à reforma agrária, não apenas realizando a extensão rural, mas formando produtores rurais altamente capacitados. Por que não aproveitar agrônomos, médicos veterinários e zootecnistas vocacionados, com sólida formação, para receberem terras, infraestrutura e insumos, desenvolvendo-os na forma de produção, seja de grãos, carne, leite, energia ou outro bem qualquer? A Universidade está capacitada a selecionar os profissionais que, aliando aquelas qualidades, com idealismo e técnica, possam participar do Programa Agrícola do Ano 2000.

Não tenham dúvidas de que uma Universidade, com as filosofias acima delineadas e dispondo dos recursos financeiros indispensáveis, cumprirá o papel que dela a sociedade, sua mantenedora, espera.

CONVÊNIO

Universidades suspendem cursos da CENP

UNESP, USP e Unicamp não oferecem este mês os chamados "cursos de 30 horas"

A UNESP, assim como as demais universidades estaduais paulistas — USP e Unicamp —, não oferecerá, neste mês de julho, os cursos de atualização e aperfeiçoamento de professores e especialistas da rede oficial de 1.º e 2.º graus, em convênio com a Secretaria da Educação. Os chamados "cursos de 30 horas" fazem parte do programa da Coordenadoria de Aperfeiçoamento e Normas Pedagógicas (CENP) e há dez anos são ministrados pelas universidades nos períodos de férias ou finais de semana.

Tradicionalmente, é a UNESP que responde pelo maior número de cursos. Em fevereiro deste ano, por exemplo, 235 ficaram sob sua responsabilidade, representando 45% do total. Envolvendo cerca de 300 docentes de todas as unidades onde são ministrados cursos de licenciatura, além da FCAV-Jaboticabal, FE-Ilha Solteira e FCA-Botucatu, os cursos oferecidos pela UNESP estiveram presentes em vinte das 22 delegacias de ensino do Estado.

Porém, toda a vocação da UNESP em interagir junto às escolas da rede pública não tem sido devidamente recompensada. E a questão financeira tem sido um dos entraves para a continuidade dos cursos, como explica o professor Arif Cais, assessor da Pró-Reitoria de Graduação e membro, há cinco anos, da Comissão Central de Convênios CENP/UNESP. "Principalmente nos últimos três anos, a Secretaria da Educação não tem repassado as verbas de modo adequado", assegura Arif. "Em 1987, por exemplo, a UNESP ministrou 65 cursos, não recebeu por nenhum deles."

Mas as dificuldades com os cursos de 30 horas extrapolam a questão financeira. Para Odair Sass, membro da Coordenação Geral dos Núcleos de Ensino da UNESP, o problema não está nos cursos propriamente ditos. "Eles se configuram como uma forma de a Universidade repassar aos professores de 1.º e 2.º

graus aquilo que produz", argumenta. Para Odair, a falha está na forma como estes cursos chegam às escolas da rede. "Não há, neles, referências às reais necessidades dos professores a que se destinam", lamenta. A esse fator, Odair soma outro: "Os cursos atingem apenas uma pequena parcela dos professores e já está comprovado que a clientela é sempre a mesma".

De acordo com o professor Arif, contudo, não se pode negar a importância dos cursos de 30 horas, segundo ele, "histórica". "Esses cursos permitiram que os professores das universidades chegassem até a rede, tomassem consciência dos problemas e encaminhassem soluções", lembra. Para Odair, no entanto, a realidade é um pouco diferente. "Os professores das universidades oferecem conteúdos prontos e não analisam o que acontece nas escolas", relata. Por isso, afirma, é imprescindível o conhecimento prévio dos problemas que as escolas enfrentam para, a partir daí, e em conjunto com seus professores, interagir junto a elas.

REAVALIAÇÃO DOS CURSOS

A situação é tão delicada que a própria Secretaria da Educação chegou a admitir a necessidade de revisão nos cursos. De setembro de 1988 a abril do ano passado, uma comissão formada por docentes da UNESP, USP e Unicamp e técnicos da Secretaria elaborou um "Relatório de reavaliação dos cursos de extensão cultural realizados em convênio entre a Secretaria da Educação e as Universidades públicas estaduais", que mencionava problemas e possíveis soluções. Esse relatório acabou esquecido e, no dia 6 de junho, o órgão encaminhou à UNESP um pedido formal para a renovação do convênio e o oferecimento dos mesmos cursos no mês de julho, contrariando as expectativas da Universidade. Nesse momento, a UNESP optou pela não confirmação do convênio, reiteran-

do, junto à Secretaria, sua intenção de trabalhar junto às escolas da rede pública.

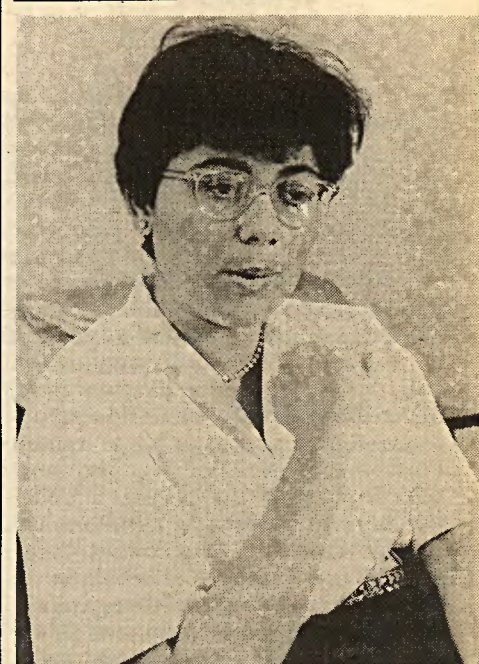
Dos diversos problemas levantados no decorrer do relatório de 1989, constavam o atraso na liberação de recursos, o entrave na tramitação do convênio por diversos órgãos, a existência apenas de cursos pontuais e sem continuidade e, ainda, a falta de acompanhamento dos resultados na melhoria do processo ensino-aprendizagem em sala de aula.

Das sugestões apontadas para o aperfeiçoamento do convênio o professor Arif Cais cita como principal o oferecimento de cursos modulares ou sequenciais e de maior duração. "Os cursos de 30 horas, reformulados e com conteúdos que permitam a utilização de laboratórios, por exemplo, também seriam úteis", completa.

Na universidade, porém, é consenso a ideia de que não são esses cursos que resolverão o problema da educação no Estado. "O panorama da educação é abissal. Estamos num abismo profundo e negro", lamenta Arif. "Para se ter uma ideia, mais de 90% dos professores da rede são mal formados", contabiliza. Conforme o professor, não se pode deixar de lado ainda a questão salarial: "Um professor de 1.º e 2.º graus, com carga horária de 40 horas semanais, ganha menos que um motorista da CMTC", revela Arif.

Para ele, essa situação só contribui para a falta de estímulo ao ingresso de novos valores no mercado de trabalho. "Temos dados que demonstram que nenhum dos alunos formados no curso de Licenciatura em Matemática do IBILCE - São José do Rio Preto e no de Licenciatura em Física da Unicamp, em 1987, se manifestou para o exercício da profissão", garante o professor. "É de se lamentar que as universidades públicas formem professores que não contribuam para a melhoria do nível de ensino nas escolas estaduais de 1.º e 2.º graus", finaliza Arif.

EXTENSÃO



Lilo Claret

Plácida: literatura como diversão

Em Marília, o esforço de levar a leitura ao público

A maior preocupação do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do campus de Marília é fazer com que o hábito de leitura se torne cada vez mais forte entre a população local. Essa proposta se materializa no trabalho que há oito anos vem sendo desenvolvido nas bibliotecas públicas das cidades de Marília e Oriente e em bibliotecas de cerca de dez escolas de 1.º e 2.º graus. "São esses dois tipos de biblioteca que predominam em nossa região, e é através deles que ajudamos a levar os livros até a comunidade", esclarece a professora Plácida Leopoldina da Costa Santos, chefe do Departamento.

A criança é um dos principais públicos eleitos pelas atividades já efetivadas e pelas propostas em elaboração. O projeto "Encontros de Criatividade", por exemplo, se destina a alunos das 3.ª e 4.ª séries do 1.º grau, com o objetivo de tornar a leitura uma verdadeira diversão: "Fazemos jogos literários em que os garotos misturam personagens como o Batman e Chapeuzinho Vermelho", diz Plácida, para quem essa atividade estimula o senso crítico e o poder criativo dos pequenos alunos.

Outra prioridade de docentes e estudantes do Departamento se direciona para o atendimento da população mais carente da periferia de Marília. Baseado em pesquisas da professora Plácida, foi preparado o projeto de biblioteca circulante, cujo acervo seria basicamente de obras que já foram adaptadas para a televisão. A fim de que a ideia se concretize, já foi feito um pedido para que a Reitoria ceda para o Departamento um de seus carros usados. Também já está engatilhado um projeto de empréstimo de livros para os funcionários da Usina Paredão, em Oriente, organizado por alunos de Biblioteconomia.

Há ainda o "Livro na Praça", uma proposta interdepartamental que conta com a participação de estagiários de Biblioteconomia, Filosofia, Ciências Sociais e Educação e que, além do empréstimo de publicações, promove atividades literárias e artísticas com a comunidade. A esse contexto se somam as iniciativas individuais de alguns docentes, como a do professor Paulo Tarcísio Mayrink, envolvido num projeto ligado à Divisão Regional Agrícola de Marília: "O objetivo é levar caixas-estantes para a comunidade rural", resume Paulo, que primeiro pretende realizar um levantamento sobre os agricultores da região, para depois pôr em prática sua proposta.



Hélio Toth

Arif: "Os professores da rede são mal formados"



Hélio Toth

Odair: "Os cursos atingem apenas uma pequena clientela"

Plano Trienal prevê consolidação da Universidade

As diretrizes que nortearão a gestão do reitor Paulo Landim nos próximos três anos

Depois de um período ocupado por desafios como a instalação do novo Estatuto, o reitor da UNESP, professor Paulo Milton Barbosa Landim, apresentou, no início deste ano, o Plano Trienal 1990-1992, onde são articuladas as diretrizes que vão guiar sua gestão. Embora se lance contra a maré de uma situação de recursos escassos, a proposta pretende avançar na consolidação da Universidade como instituição de primeira linha em seu setor. Com o anúncio do Plano, o professor Landim busca tornar transparentes suas metas nos campos de ensino, pesquisa e extensão: "É importante que a comunidade universitária saiba o que o reitor e sua equipe pretendem fazer durante seu mandato", argumenta.

A relação de prioridades do Plano é aberta pela preocupação de manter o atual número de cursos de graduação. A manutenção de quantidade está diretamente relacionada à ênfase na melhoria da qualidade dos cursos, através do aprimoramento do corpo docente e da inovação das propostas de ensino. Para a melhor qualificação do quadro de professores, a Reitoria atualmente analisa programas de apoio à capacitação docente elaborados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. "O professor-doutor necessariamente tem uma bagagem acadêmica mais sólida", assegura o professor Landim, ao apontar a vantagem da presença desse tipo de docente para a elevação dos conteúdos apresentados nas aulas.

Ao lado da elevação dos patamares de titulação acadêmica, o Plano também se preocupa com o fato de que os professores mais qualificados deem aulas nos primeiros anos de graduação. "Desse modo, poderemos corrigir distorções como a atuação dos auxiliares de ensino sem a devida orientação dos professores mais experientes", lembra o pró-reitor de Graduação, professor Antônio César Perri de Carvalho. Paralelamente, é dado destaque ao desencadeamento da auto-avaliação dos cursos em todas as áreas: "Nosso objetivo é a revisão e readequação dos cursos e seus currículos", explica o professor Perri. Nas questões apresentadas para os três anos da atual gestão, o pró-reitor sublinha ainda a necessidade de maior integração com a rede de 1.º e 2.º graus e o aumento de bolsas de iniciação científica, para que os alunos vitalizem sua formação.

CENTROS INTEGRADOS

Se na graduação a prioridade é basicamente consolidar os cursos já oferecidos, no caso da pós-graduação essa meta se soma ao apoio para a criação de novos programas. "No entanto, isso vai depender de avaliações rigorosas", adianta o professor Antônio Manoel dos Santos Silva, pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa. "É necessário que existam recursos humanos e infra-estrutura adequados para a implantação do curso." Em 1990, essa proposta de expansão já rendeu seus frutos, como a recente abertura de cursos de mestrado e doutorado no Centro de Aquicultura, do campus de Jaboticabal.

Aliás, a multiplicação dos centros integrados será um dos alicerces do fortalecimento da pós-graduação. O Plano prevê a instalação de três centros: de Ciência e Tecnologia, no campus de Guaratinguetá — que já se está corporificando —; de Ciências Políticas, em São Paulo; e de Ensino de Ciências, em Bauri. Em íntima comunicação com o ensino de pós-graduação está o incentivo à pesquisa. O professor Antônio Manoel assegura que será dado todo o apoio às equipes de pesquisadores existentes, "além de estimularmos a consolidação dos grupos emergentes".



Clovis Ferreira

O reitor Paulo Landim: o professor-doutor tem uma bagagem acadêmica mais sólida e, portanto, condições de elevar a conteúdo apresentado nas aulas



Hélio Toth

Professor Antônio Manoel, da Pós-Graduação e Pesquisa: apoia à criação de novos programas, com recursos humanos e infra-estrutura adequadas

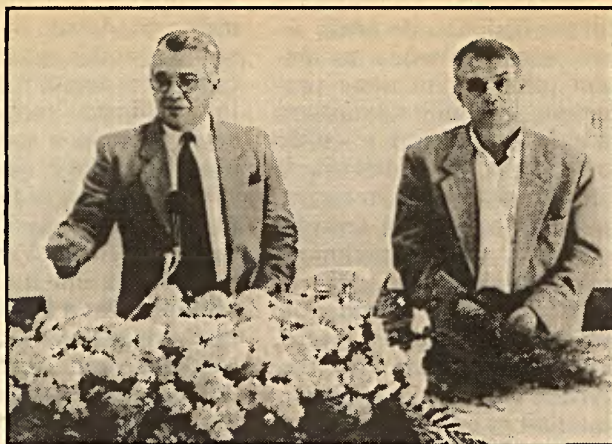


Lilo Claretto

Professor Antônio Perri de Carvalho, da Graduação: maior integração com a rede de 1.º e 2.º graus e aumento de bolsas de iniciação científica

O investimento em bibliotecas — outro item destacado no Plano — é um dos principais compromissos que o professor Arthur Roquete de Macedo, vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento, anotou em sua agenda: "Precisamos melhorar nosso acervo de livros e também promover mecanismos alternativos de acervo, por

exemplo, discos e vídeos", esclarece. Ele planeja dar um novo perfil às bibliotecas, através de uma reformulação triangular: modernização administrativa, ligada à reestruturação do atendimento ao usuário e também à informatização dos serviços, com a ligação às redes externas de informação, como a Bitnet.



Divulgação

Professores Arthur e Ruggiero: palestras para divulgar o Procure

Programa visa trocas com a sociedade

A importância dada pelo Plano Trienal ao Programa para Captação de Recursos e Transferência de Tecnologia (Procure) pode ser avaliada pelas várias páginas dedicadas à exposição de seus detalhes. Em linhas gerais, o Procure propõe que a UNESP abra suas portas para o atendimento das necessidades do setor produtivo privado e dos órgãos governamentais, recebendo em troca recursos que garantam a vitalidade de sua estrutura. O programa vai caminhar em duas direções: de um lado, através de convênios com entidades nacionais e internacionais, e, de outro, pela cooperação organizada e contínua com órgãos públicos e empresas particulares.

"No mundo inteiro, a universidade apenas tem condições de dar saltos de qualidade se estabelecer um contato sólido com a indústria", acredita o reitor da UNESP, professor Landim. Para o professor Arthur, vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento, essa colaboração, fundamental para a suplementação de

verbas, deve ser garantida sem que sejam afetadas as tarefas básicas da Universidade, isto é, o ensino de graduação e pós-graduação. "Além disso, as verbas devem ser destinadas tanto para a pesquisa básica como para a aplicada, com benefícios para todos os campos do conhecimento", raciocina.

O professor Arthur é um dos mentores do Procure, ao lado do professor Ruggiero, pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, que está encarregado de coordenar a relação das unidades com o programa. "Queremos que cada unidade faça um mapeamento do que pode oferecer à comunidade em termos de produtos e serviços", expõe o professor Ruggiero. Atualmente, os dois pró-reitores estão envolvidos na divulgação do Procure, por meio de palestras que deverão percorrer todos os campus. A previsão é que, depois de conhecido e consolidado dentro da UNESP, durante 1990, o programa comece, no próximo ano, a gerar seus primeiros resultados.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Saúde da comunidade da UNESP também não foi esquecida no *podium* dos principais objetivos do Plano Trienal. Previsto para ser inicialmente colocado em prática no campus de Araraquara, o Plano de Assistência Médica-Odontológica deverá beneficiar docentes, alunos e funcionários — além de seus dependentes —, assentado em iniciativas como a formação de equipes de especialistas e convênios com hospitais regionais e universitários. Outra proposta que agora ganha seus retoques finais é o Plano de Carreiras, que pretende dar novas perspectivas profissionais aos funcionários da Universidade, ao mesmo tempo que incentiva o empenho e aprimoramento de seu quadro de servidores.

Entre as metas articuladas para a gestão Landim, o professor Carlos Ruggiero, pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, enfatiza que o nome da UNESP precisa ser mais ouvido em todos os setores da sociedade. Ele cita como iniciativas exemplares de divulgação da Universidade o programa "Venha nos Conhecer", iniciado no ano passado, e a Expounesp, que será promovida no próximo mês de setembro. Nesse esforço de maior disseminação de informação sobre a Universidade, o pró-reitor menciona como grande aliado o próprio corpo docente: "Seja em artigos para jornais ou em palestras e seminários, o professor tem que se colocar como um membro da UNESP e não das unidades isoladas", sustenta.

De acordo com o Plano Trienal, a extensão deve ser oxigenada pelo contato com a pesquisa e o ensino e precisa instalar pontes que permitam a troca de benefícios com o setor produtivo. Para o professor Ruggiero, um dos pontos de ligação mais significativos com o universo produtivo será o Programa de Captação de Recursos e Transferência de Tecnologia (Procure) (ver quadro nesta página). A absorção de recursos externos também é realçada pelo professor Landim: "As atuais dificuldades do país impedem que nossas propostas sejam implantadas como queríamos", analisa. O reitor espera que, com soluções inteligentes e a mudança do quadro econômico, a Universidade possa contar com mais verbas, hoje destinadas basicamente para cobrir a folha de pagamentos e garantir as obras já em andamento.

ANTÔNIO CABRERA MANO FILHO

A agricultura depende da pesquisa universitária

Com apenas 29 anos, Antônio Cabrera Mano Filho é o mais jovem ministro da história do Brasil. Médico veterinário formado em 1982 pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do campus de Jaboticabal, Cabrera chega ao comando do Ministério da Agricultura depois de atuar como consultor para Alimentação e Agricultura da ONU e presidir a Associação Brasileira de Criadores de Búfalos. Nesta entrevista exclusiva, ele propõe que o meio universitário estreite suas relações com os agricultores, gerando tecnologias que permitam o aumento da produtividade rural. O ministro garante ainda que vai realizar a reforma agrária no país, assentando 500 mil famílias nos próximos cinco anos, e instituir uma "Lei Agrícola" que estabeleça regras definidas para o produtor, diminuindo a interferência do governo no mercado.

Entrevista a André Louzas

Jornal da UNESP — Senhor ministro, na sua opinião, qual é a importância da presença de uma pessoa formada em Medicina Veterinária à frente do Ministério da Agricultura?

Antônio Cabrera Mano Filho — Antes de mais nada, gostaria de dizer que sempre tive orgulho de ter me formado na UNESP de Jaboticabal. Eu me lembro que, na época de estudante, no segundo ano, se não me engano, nós adaptamos um trailer da faculdade e o levamos para várias exposições, divulgando o nome da escola. Aliás, a escolha de Medicina Veterinária foi uma coisa muito importante na minha vida, já que meu pai preferia que eu cursasse Direito e trabalhasse com ele. Então, desde o momento da escolha da profissão passei a me dedicar a uma área por um ideal de participação nos seus problemas. E a formação é importante no sentido de, hoje, eu possuir o conhecimento técnico para cumprir minha responsabilidade como dirigente do Ministério. Não custa lembrar que, pela primeira vez na história do nosso país, um médico veterinário é guindado ao posto de ministro da Agricultura. Isso valoriza não só essa profissão, mas também a de outras carreiras do setor, como os agrônomos e zootecnistas. Afinal, são os técnicos que devem colaborar na construção de um novo país, através da modernização e do aumento de eficiência na área agrícola. Em outubro do ano passado, quando escrevemos o programa para a agricultura do presidente Collor, elaboramos propostas como a reestruturação do Serviço de Inspeção Federal, que não havia em programas de outros candidatos, e isso em razão do conhecimento em inspeção e tecnologia de carne que recebi no curso universitário.

JU — O que o senhor está propondo

para a mudança do Serviço de Inspeção Federal?

Cabrera — Estamos reestudando todo o nosso Serviço, para melhorá-lo e moralizá-lo. Nesse esforço, vamos necessitar muito dos profissionais do nosso setor e, inclusive, vamos convocar as universidades para colaborarem nesse processo. Por exemplo, estamos reavaliando um projeto de financiamento assinado com o Banco Mundial, para melhorar o nível de qualidade sanitária do setor agropecuário. Esse projeto, que foi feito há cerca de cinco anos, visa ao aprimoramento das técnicas de isolamento do rebanho, melhoria de produtos veterinários, laboratórios e assim por diante. Ele foi implementado em apenas 5% do previsto, inclusive em termos de liberação de recursos. Agora, seus termos estão sendo adaptados à situação atual, com a inclusão de doenças e pragas novas, como é o caso da mosca-do-chifre.

“A tecnologia é a ferramenta para se combater a fome. E é com as universidades que vamos conseguir isso”

JU — Qual deve ser a relação entre tecnologia e agricultura e como a universidade deve se inserir nesse processo?

Cabrera — Vamos citar o caso do campo veterinário. A taxa média de fertilidade do rebanho nacional é de 55%, enquanto há pequenos bolsões de tecnologia, onde esse índice passa de 90%. Nós precisamos estudar uma maneira de levar

a tecnologia existente no setor a todo pequeno criador. Nós temos, por exemplo, um projeto de teste de touros, através do qual são avaliados anualmente cerca de 3 mil animais, em itens como desenvolvimento ponderado e ganho de peso. Precisamos estudar um modo de o pequeno criador ter acesso a esse material genético já trabalhado. Isso pode ser feito. O governo cumpre a sua função, abrindo linhas de crédito e, na parte técnica, entram em cena as universidades, por exemplo, na estimulação do uso de sêmen para inseminação artificial. Venho pensando numa proposta de um futuro convênio entre o Ministério e as universidades, para que, na época de férias escolares, os estudantes colaborem num melhor preparo técnico do homem do campo, em problemas como a inseminação artificial e a prevenção de doenças.

JU — Seu Ministério vai estar, portanto, aberto à universidade...

Cabrera — Totalmente aberto, porque eu vim de uma universidade e conheço o que se pensa dentro dela. Então, acho que não existe obstáculo nenhum para uma colaboração. Muito pelo contrário, faço aqui, neste jornal, um convite público para que o meio universitário trabalhe conosco. A tecnologia é a melhor ferramenta para se combater a fome, e é com as universidades que vamos conseguir isso. Na agricultura, o desenvolvimento tecnológico pode solucionar problemas como aqueles que envolvem o abastecimento, já que a produção ocorre apenas em determinados períodos do ano. Nós podemos sanar isso, com a melhoria de armazenamento da safra produzida, para que se possa ter a oferta adequada na entressafra. Outra área que vamos priorizar é a irrigação, em que precisamos encontrar soluções adequadas ao nosso país. A irriga-

ção é o melhor “estoque” que nós podemos ter na entressafra.

JU — Como o senhor avalia a formação universitária do pessoal do seu setor, em função das atuais necessidades da agricultura?

Cabrera — Minha principal observação a respeito desse assunto é que o profissional precisa sair da escola com uma formação mais administrativa e um pouco menos teórica. No caso do veterinário, não basta que ele saiba usar o bisturi. O profissional tem que ter também uma mentalidade voltada para a administração de uma propriedade rural, conhecendo assuntos como a relação custo-benefício nas áreas em que vai atuar. Ou seja, é preciso haver uma ênfase econômica nos cursos voltados para a área agrícola. Como sugestão, acho que deveríamos incrementar disciplinas como Economia Rural nos cursos existentes. Ainda no campo dos veterinários, acho também que eles deveriam ter uma preocupação predominantemente preventiva. A prevenção deve ter predominância sobre o caráter curativo da Medicina Veterinária, porque curar é sempre mais problemático do que prevenir a doença. A proposta do nosso governo é colocar o Brasil no primeiro mundo e isso implica, entre outras coisas, uma maior produção no campo. E aí entra a participação dos técnicos, que vão orientar esse processo e por isso têm que ser pessoas com a formação adequada.

JU — E na questão da geração de tecnologias? O senhor acha que as universidades estão desempenhando seu papel?

Cabrera — Precisamos coordenar mais as nossas pesquisas, em primeiro lugar, para que diferentes órgãos não façam o mesmo trabalho. As vezes, há uma universidade no Pará fazendo o mesmo projeto de outra instituição do Sul do País.

Isso significa perda de tempo, perda de recursos, perda de intelecto. Nós temos que reorganizar e atualizar a questão cooperativa da pesquisa. Em segundo lugar, é necessário produzir um maior volume de pesquisas. Na minha opinião, a pesquisa tem que começar no campo: o professor, o técnico, o pesquisador devem conversar com o produtor rural e saber qual é o seu problema. Depois disso, trazer esse problema para a universidade, estudá-lo, criar uma nova tecnologia e levá-la a esse mesmo produtor, apresentando uma solução. Essa é, inclusive, a função básica de uma universidade, o que não vem acontecendo. Acho que deveria haver uma participação maior do produtor rural nas decisões de pesquisa do meio universitário, de maneira que se evitem projetos inúteis. As universidades, por exemplo, têm que se engajar conosco nessa batalha atual contra a mosca-do-chifre. Eu não tenho visto muitas instituições voltadas para esse problema. Além das universidades, pretendo abrir nossas fronteiras às soluções encontradas em outros países para a agricultura.

JU — Que tipos de tecnologias criadas no Exterior poderiam ser trazidos para o Brasil?

Cabrera — Vamos citar o caso da China, cujo presidente visitou há pouco tempo o Brasil. Lá, já existe uma vacina contra anemia infecciosa equina. Por que não absorvemos toda aquela tecnologia e começamos a fabricar aqui a nossa vacina? Em termos de zootecnia, a China tem uma raça de suínos “meichã”, que produz 17, 18 leitões por cria. Nossos zootecnistas podem ir buscar esse melhoramento genético que os chineses já têm. E, em termos de agronomia, por que não buscamos aquelas variedades de arroz asiático,

que apresentam uma produtividade excepcional? Acho que, de maneira geral, tecnologia não pode ter fronteiras de caráter político, ideológico, religioso, nada disso. Produzir alimentos é uma questão universal.

JU — Quais são os grandes desafios a serem vencidos pelo Ministério da Agricultura nesses cinco anos de governo?

Cabrera — Primeiro, precisamos recapitalizar o produtor. O nosso grande desafio é fazer a renda nacional voltar ao campo. De acordo com estimativas do Banco Mundial, cerca de 30% dos recursos da agricultura foram transferidos para as cidades. Isso mostra a intensa expolição que o setor agrícola sofreu nos últimos anos. Atualmente, a renda per capita no campo é um terço da renda da cidade. Isso representa a anti-reforma agrária.

“Deveria haver uma participação maior do produtor rural nas decisões de pesquisa, para que se evitassem projetos inúteis”

JU — E como o setor agrícola seria recapitalizado?

Cabrera — Antes de tudo, vamos elaborar a nossa Lei Agrícola, para definir as regras do jogo em nossa área. Hoje, o produtor começa a criar o seu animal e, quando vai vendê-lo para o frigorífico, o governo já mudou as normas de comercialização ou então jogou um produto importado na cabeça do agricultor. Isso não pode mais acontecer. Vamos estabelecer uma faixa de preços, a partir de um preço

mínimo, que permita que o produtor comercialize sua safra com segurança. O importante é o governo deixar de interferir no mercado, principalmente no caso dos grandes produtores, que têm melhores condições para defender seus interesses. Já o pequeno produtor necessita de maior apoio governamental.

JU — O senhor disse que vai implantar a reforma agrária, um tema que já criou muita polêmica. Quais são seus planos nessa área?

Cabrera — A reforma agrária não é um tema polêmico. São algumas pessoas mais politizadas que querem tornar a reforma agrária um assunto polêmico. Ela é necessária porque estamos no país que tem o maior estoque de terras disponíveis do planeta. Agora, se você quer arrasar um ponto de vista, basta transformá-lo numa questão política, ou seja, de ideologia. Para a reforma agrária, é preciso acima de tudo utilizar recursos técnicos. Atualmente, muita gente fala sobre isso e nem conhece um pé de ipê-roxo. Quem deve falar sobre o assunto? É o técnico, o engenheiro agrônomo, o médico veterinário e, principalmente, o trabalhador rural, aquela pessoa que ainda não teve acesso à terra. O processo efetivo de reforma agrária começa neste mês de junho, no Pará. Nós já chamamos os sindicatos de trabalhadores rurais do Estado, para que nos indiquem a área onde será feita a reforma agrária. E mais, pedimos para que eles nos apresentem uma relação nominal das pessoas a serem assentadas. Apenas exigimos que os futuros agricultores sejam pessoas da terra, porque não adianta assentar alguém que não conhece agricultura, um trabalhador urbano, porque ele provavelmente não vai produzir nada.

JU — Pelo que já foi divulgado, o volume de terras disponíveis para reforma agrária chegaria a 2,5 milhões de hectares. O senhor confirma isso?

Cabrera — O que nós temos hoje são 2,7 milhões de hectares desapropriados pelo governo passado, segundo dados preliminares. Pretendemos assentar, nas áreas disponíveis, 500 mil famílias em cinco anos. Agora, aí existe um problema, porque muitas terras foram desapropriadas por pressão política e não são aptas para a agricultura. Há áreas que eu acho que vamos doar para o José Lutzemberger, secretário do Meio Ambiente, porque nelas não dá para plantar ou sequer criar cabritos. Em lugares assim, ninguém vai conseguir produzir e a reforma agrária tem que gerar renda. Se o colono for levado para o campo e não tiver ganho nenhum, não vai ficar lá. Hoje, 35% das pessoas assentadas no governo passado sobrevivem com menos de um salário mínimo. Na certa, eles estão esperando uma oportunidade para abandonar o seu lote e ir para a cidade.

JU — Como será feito o assentamento dos colonos, de modo que eles tenham boas condições para produzir?

Cabrera — É muito importante que esses assentamentos sejam efetuados via cooperativas. Nada melhor do que organizar a infra-estrutura, a capacidade social de um assentamento, do que a cooperativa, porque com ela os colonos passam a ter um espírito coletivo, o que com frequência não existe. Atualmente, há assentamentos com cem famílias, onde um agricultor cultiva o solo de uma maneira e o outro cultiva de modo diferente, quer dizer, nem respeito à declividade do solo eles têm. Em consequência, ocorre uma erosão em todo o local, por falta de har-

monia entre a produção agrícola e o assentamento. Isso pode ser resolvido pela ação cooperativa.

JU — De que forma o governo dará apoio aos assentamentos?

Cabrera — O governo vai fornecer a infra-estrutura necessária, mas nada será de graça. O colono vai ter um lote e receber também um financiamento em condições extremamente favorecidas, que um produtor rural comum não teria. No financiamento normal de um produtor, o juro é de mercado. Nos assentamentos, será um processo facilitado e para os colonos o prazo de pagamento será de cinco anos. Nesse período, eles não receberão o título da terra, terão apenas uma carta de anuência. Se produzirem nesses cinco anos e começarem a pagar os seus financiamentos, aí então eles terão o título da terra. No governo passado, a pessoa ganhava o título da terra hoje e, amanhã, o vendia, trocando por uma geladeira, uma bicicleta, que ela levava para sua casa na cidade. Isso contraria o objetivo básico da reforma agrária, que é fixar o homem no campo.

JU — Há perspectiva de as universidades participarem do processo de reforma agrária?

Cabrera — Sem dúvida. Elas poderiam levar orientação ao serviço de extensão rural. Por que não levamos estagiários para colaborar nesse serviço, por exemplo, com a difusão de tecnologia nos assentamentos feitos? Os professores poderiam se deslocar até esses locais, para dar aulas sobre assuntos que interessam os agricultores, como técnicas de cultivo ou aumento de produtividade. As universidades até agora não participaram ativamente do processo de reforma agrária, o que eu considero uma falha.

“As universidades não têm participado ativamente do processo de reforma agrária, o que considero uma falha”

JU — Uma das outras prioridades do seu Ministério é o incentivo à conservação do solo. Por que o senhor escolheu esse tema?

Cabrera — A maior desgraça que nós temos hoje na agricultura é a erosão do solo. Nós perdemos, em determinadas regiões, dez quilos de solo para cada quilo de grão produzido, o que significa que a nossa fertilidade está se escoando para o Atlântico. Para acabar com isso, estamos entrando em contato com diversos organismos internacionais para conseguir financiamentos para nossos projetos. Já há até sugestões na área, como instituímos um prêmio para o pesquisador que mais se destacar em trabalhos de conservação de solo durante o ano. A preocupação ecológica vai orientar a nossa gestão no Ministério. Não podemos ocupar uma nova fronteira e depois deixar um deserto às nossas costas. Isso é inviável e é o que está acontecendo. Já temos, por exemplo, na margem do rio São Francisco, o Arraial de Santa Catarina, e o deserto de São João, em Alegrete, no Rio Grande do Sul, que são áreas em estado avançado de desertificação. Nós precisamos fazer campanhas para terminar com isso.

POSSE

Novo diretor de Franca apóia pesquisa

Paulo de Tarso Oliveira substitui Antonio Quelce Salgado no campus da FHDSS

O professor Paulo de Tarso Oliveira, durante a cerimônia de sua posse como diretor da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) do campus de Franca, confessou que, para a ocasião, mudou seus hábitos e decidiu vestir paletó e gravata. Se, para a cerimônia, ocorrida no último dia 12 de junho, na sala do Conselho Universitário, na Reitoria, Paulo de Tarso mudou momentaneamente de aparência, uma de suas principais propostas é melhorar em definitivo a imagem da unidade que passou a administrar. "O mais importante é aumentar o prestígio da nossa faculdade, tanto dentro da UNESP como na cidade de Franca", enfatizou o diretor, o primeiro eleito diretamente pela comunidade da FHDSS. Para tornar essa meta uma realidade, Paulo de Tarso pretende garantir apoio administrativo à pesquisa, publicações e ao aperfeiçoamento dos professores.

O reitor da UNESP, professor Paulo Milton Barbosa Landim, deu posse ao novo diretor e elogiou o desempenho de seu antecessor, Antonio Quelce Salgado, que comandou o campus de Franca de 1986 a 1990: "O professor Quelce realizou um bom trabalho, mesmo enfrentando muitos problemas", disse o reitor. Nos seus quatro anos de gestão, Quelce concretizou a instalação dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito e a



Oliveira: apoio à pesquisa e aperfeiçoamento de professores

ampliação do quadro docente, com a contratação de 23 novos professores.

Também participou da cerimônia o prefeito de Franca, Maurício Sandoval Ribeiro, de quem Paulo de Tarso foi secretário da Educação entre 1977 e 1982 e de janeiro de 1989

até recentemente, quando decidiu assumir a direção da FHDSS. "Lamento perder um assessor como ele", confirmou o prefeito, que aproveitou a oportunidade para sugerir que a UNESP instale em Franca cursos na área de Tecnologia de Calçados e Agronomia.

CURRÍCULO

Futuros engenheiros têm aula de saúde ocupacional

Em Guaratinguetá, na Faculdade de Engenharia, um médico vem revolucionando a visão dos futuros engenheiros, acostumados ao universo exato dos cálculos e desenhos. Geraldo Nunes, médico sanitário, dá aulas de saúde ocupacional aos quintanistas das três áreas da engenharia, ensinando-lhes a importância da preocupação social com a prevenção da saúde dos trabalhadores, melhorando não só sua qualidade de vida, como a qualidade da sua produção. "Tradicionalmente, o curso de engenharia direciona muito o raciocínio dos alunos e privilegia o bom rendimento da produção, esquecendo-se do lado humano", explica Geraldo, animado com a boa aceitação que seu curso vem obtendo.

A idéia de aliar o conhecimento técnico à formação social não é exatamente uma novidade nos cursos de engenharia, mas até agora estava restrita à pós-graduação, como possibilidade de especialização. Ministrada pela primeira vez na graduação a partir de maio do ano passado, a disciplina Saúde Ocupacional deixa de ser mera coadjuvante e ganha destaque no conhecimento básico do engenheiro. Outra inovação é a introdução de um médico na faculdade, promovendo a integração multidisciplinar. Geraldo não apenas leciona um curso, mas trabalha em período integral, vivenciando o dia-a-dia dos engenheiros. "Como médico, atuo de forma mais objetiva, ensinando a prevenir doenças ao invés de tratar os doentes mais tarde", garante.

Segundo Geraldo, é preciso inverter a ordem atual e priorizar a saúde junto com os aspectos técnico-construtivos — a única forma de garantir o trabalhador, particularmente no Brasil, onde a legislação é falha e os operários ganham por produtividade, optando por se expor aos riscos. "O trabalhador se recusa a usar equipamentos de segurança não só apenas pela falta de consciência, mas porque prefere ganhar tempo e aumentar o seu salário", denuncia o médico.

A julgar pela receptividade e o interesse dos alunos, a experiência de integração curricular tem dado certo. Entretidos com aulas como Epidemiologia, Anatomia, Fisiologia e Doenças Ocupacionais, os estudantes de engenharia se sentem mais conscientes e confiantes no seu trabalho e no futuro relacionamento com os operários. "O mais importante é que eles estão aprendendo que a quantidade e a qualidade da produção só vão melhorar com os trabalhadores mais saudáveis", reforça Geraldo.

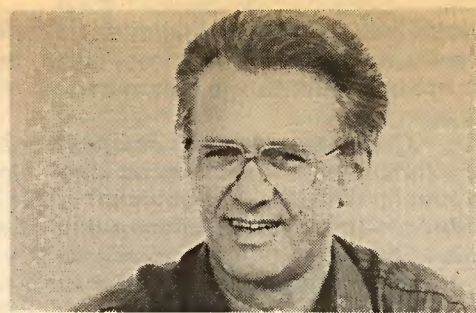
Cristina Ramalho

CONVIDUNESP

Entidade elege novo presidente

Por aclamação, o Conselho de Vice-Diretores da UNESP (Convidunesp) elegeu, no último dia 11 de junho, sua nova diretoria. Com mandato de um ano, o professor John Boudler, do IA, campus de São Paulo, assumiu a presidência da entidade, substituindo o professor Samir Felício Barcha, do IBILCE de São José do Rio Preto. A vice-presidência foi ocupada pelo professor Luís Antonio Toledo, do IB de Botucatu, o professor Carlos Erivany Fantinati (FCL de Assis) se tornou o novo secretário e a professora Maria Neysa Silva Stort (IB de Rio Claro) assumiu a Tesouraria.

Órgão extra-oficial da UNESP, o Convidunesp é ponto de convergência das discussões dos vice-diretores sobre os seus problemas e as questões universitárias. Boudler lembra que a entidade vem debatendo temas, como a atual situação das licenciaturas e as funções assumidas pelos vice-diretores com o novo estatuto da Universidade. "Estamos discutindo até mesmo nossas reivindicações enquanto setor do corpo administrativo da UNESP", assinala. A próxima reunião da entidade está marcada para o dia 7 de agosto.



Nunes: integração multidisciplinar

CONCURSO

A melhor invenção leva 500 mil

O Serviço Estadual de Assistência aos Inventores — SEDAI — está promovendo o XVIII Concurso Nacional do Invento Brasileiro, "Prêmio Governador do Estado: Invento Brasileiro", com o objetivo de estimular a capacidade criativa, premiar o esforço de pesquisa e divulgar a tecnologia gerada no país, visando sua efetiva incorporação no mercado.

O prêmio oferecido será no valor de Cr\$ 500.000,00 e, a critério da Comissão Julgadora, poderá ser dividido por áreas de aplicação da tecnologia. Poderão concorrer pessoas físicas ou jurídicas, e um mesmo interessado poderá apresentar quantos inventos quiser, desde que faça cada inscrição separadamente. Somente poderão ser inscritos inventos com patentes concedidas.

A propostas para as inscrições, que se encerram no próximo dia 31 de julho, deverão ser solicitadas ao Serviço Estadual de Assistência aos Inventores — SEDAI —, à Avenida Angélica, 2.632, 7.º andar, CEP 01228, São Paulo. Maiores informações, pelo telefone (011) 255-5713.

COMUNICAÇÃO I

Ilha Solteira é interligada à Bitnet

A Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS) interligou, no último dia 9 de abril, um terminal de computador à rede internacional Bitnet — acrograma de Because It's Time Network —, "assegurando importante fonte de comunicação via computador com pesquisadores de universidades e institutos de quase todo o mundo", como explica o professor Luiz Roberto Trovati, do Departamento de Ciências da FEIS.

A Bitnet visa, essencialmente, promover a cooperação científica internacional através do tráfego instantâneo de informações acadêmicas, consultorias ou dados sobre trabalhos em andamento. Em síntese, trata-se de um sistema de correio eletrônico executado pelos computadores conectados à rede. Sua grande vantagem é a extraordinária economia de tempo, reduzindo de meses para horas o acesso às informações de universidades dos Estados Unidos, Europa, Ásia, Austrália, América Central e América do Sul, além de renomados centros de pesquisa, como Fermilab, Max Planck e o Massachusetts Institute of Technology.

Além da FEIS, já estão interligados com a rede Bitnet os campus de Bauru, Botucatu (Lageado e Rubião Jr.), Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e a Reitoria.

COMUNICAÇÃO II

Ciência e tecnologia em milhões de itens

Com acesso direto a mais de 600 bases de dados internacionais produzidas nos Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha, o Serviço de Busca aos Bancos de Dados Internacionais do IBICT — Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia — oferece aos pesquisadores brasileiros cerca de 300 milhões de itens de informação, em todas as áreas científicas e tecnológicas. Essas informações são obtidas através dos Bancos de Dados DIALOG, ORBIT/INFOLINE, QUESTEL e STN.

O Serviço de Busca se utiliza também de uma nova e revolucionária tecnologia de armazenamento de grandes volumes de informação: o CD-ROM (Compact Disc Read Only Memory), que possibilita o acesso a várias bases de dados internacionais nas áreas de medicina, segurança do trabalho, toxicologia, manipulação e transporte de produtos químicos e ciência da informação. Dirigido a pesquisadores e a outros profissionais, como engenheiros, economistas, médicos e professores, pode-se acessar esse serviço através dos Bancos de Dados Internacionais e a partir das bases internacionais em CD-ROM, acessando a literatura mundial em todas as áreas de Ciência e Tecnologia.

O prazo de atendimento nos Bancos de Dados Internacionais é de aproximadamente 15 dias, enquanto nas bases em CD-ROM o prazo varia de um a 5 dias.

Outras informações poderão ser obtidas escrevendo para IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Quadra 2 - Bl. K - CEP 70710, Brasília, DF. Ou, então, telefonando para (061) 321-4888.

ENCONTRO

Núcleo do IA discute problemas do ciclo básico

Os debates ocorreram em evento promovido pelo IA e pela 15.^a Delegacia de Ensino

O Núcleo Regional de Ensino em Artes do Instituto de Artes (IA) do campus de São Paulo realizou, no último dia 30 de maio, juntamente com a 15.^a Delegacia de Ensino (DE) da capital, o "I Encontro de Professores do Ciclo Básico em Jornada Única". O evento, ocorrido nas dependências da EEPSP Seminário Nossa Senhora da Glória, contou com a participação de cerca de 230 professores de 27 escolas e teve por objetivo conquistar um espaço para a troca de experiências entre os professores do Núcleo e das escolas da rede oficial do Estado, além de criar propostas de trabalho conjunto.

Durante o encontro, foi apresentada aos participantes uma avaliação do ciclo básico em jornada única realizada em 1988 pelo Núcleo do IA. Compreendendo os primeiros dois anos do 1.^o grau, o período de alfabetização nas escolas estaduais passou a denominar-se, há sete anos, ciclo básico e, a partir de 1988, com seis horas diárias de aula, ciclo básico em jornada única. Com quatro horas de aula por semana dedicadas à Educação Artística e à Educação Física, o ciclo básico vem enfrentando alguns problemas, como demonstra a pesquisa realizada pelo Núcleo. "Deparamos com uma realidade estancada: cerca de 60% dos professores de

Educação Artística não são licenciados, tendo apenas formação em 2.^o grau", relata a professora Sumi Botsugam, uma das coordenadoras do Núcleo.

As deficiências detectadas pelo Núcleo não param por aí. "A universidade não forma professores de Educação Artística para o ciclo básico", constata Sumi. Com ela, concorda a também coordenadora Regina Coeli Guedes: "Geralmente, o professor que sabe trabalhar com a criança não sabe nada de Educação Artística, e o especialista nessa matéria não está preparado para ensinar crianças de 7 a 8 anos", admite. Por isso, elas sustentam, o "I Encontro" foi muito oportuno.

Durante a reunião, os professores responderam a um questionário demonstrando suas principais dificuldades. A partir desses dados e de reuniões periódicas entre os professores do Núcleo e da coordenação do ciclo básico de cada escola, deverá ser apresentada, até o final do ano, uma proposta para a melhoria da relação da Educação Artística com a alfabetização. Para a coordenadora Regina, ou o Núcleo cria uma proposta juntamente com as escolas da rede, ou não implanta nenhuma mudança. "Um modelo imposto pela



Regina Guedes: reestruturação

UNESP, sabidamente, não trará resultados práticos", esclarece Regina.

Outra medida necessária, que independe dos professores da rede, é a atualização dos cursos de Educação Artística. "Uma ampla reestruturação no currículo do curso está sendo estudada aqui no IA", diz Regina. "Enquanto isso não for possível, talvez possamos oferecer cursos de complementação, com conhecimentos de prática de ensino, psicologia da educação e outras matérias referentes especificamente ao ciclo básico".

Para a delegada da 15.^a DE, Nair Hiroko Konno Hashimoto, a iniciativa da UNESP está sendo bastante compensadora para a Delegacia. "O Núcleo está trazendo vários elementos para repensarmos a situação do ciclo básico. Os professores ficam presos às atividades diárias e, normalmente, não refletem sobre seu trabalho", afirma. Antônia de Souza Verdini, supervisora de ensino da 15.^a DE demonstra também boa receptividade para com o trabalho: "A UNESP conseguiu realizar uma análise aprofundada da situação do ciclo básico em nossa região e, o que é mais importante, repassar esses dados para nós, propondo a criação de soluções conjuntas", completa.

GRADUAÇÃO

Pró-Reitoria propõe projeto pedagógico para 36 cursos

Numa iniciativa inédita na UNESP, a Pró-Reitoria de Graduação acaba de propor a implantação de um projeto pedagógico em 36 cursos que tiveram classificação de "fraco" ou "regular" no *Guia do Estudante/90*, publicação da Editora Abril, ou que apresentaram queda na procura por vagas nos últimos vestibulares. A proposta foi apresentada aos diretores de unidades e coordenadores de cursos durante reunião realizada na Reitoria, no último dia 30 de maio. "Esse projeto deve situar o curso no contexto da UNESP, além de constatar sua importância na região, no Estado e no país", diz o pró-reitor de Graduação, professor Antônio César Perri de Carvalho.

Além disso, segundo o professor, é importantíssimo para o sucesso do projeto a definição da filosofia do curso, a caracterização da profissão no mercado de trabalho e a determinação dos perfis do candidato que a unidade quer recrutar, do profissional que quer formar e do professor necessário para a formação desse aluno.

O professor Laurence Duarte Colvara, coordenador do curso de Engenharia Elétrica da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, um dos convocados para a reunião (veja quadro), admite ainda não ter discutido a proposta com seus companheiros de coordenação, mas considera injusto o motivo da inclusão de seu curso na lista: "Fomos convocados por termos avaliação 'regular' no *Guia*. Apesar de considerar os critérios da publicação bastante razoáveis, não acredito que sejam aplicados na prática", desabafa.

Para alguns professores, as

condições em que se encontram os cursos são determinadas por outros fatores que não apenas suas próprias limitações. O coordena-

dor do curso de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, professor Sylvio Pessoa, por exemplo, considera o vestibular um dos agravantes para a situação de seu curso que, na modalidade de período integral, neste ano, teve 85% das vagas ociosas. "Apesar de considerar a proposta desse projeto viável, creio que o vestibular também é um problema no nosso caso, já que está num nível fora da realidade para aqueles alunos que frequentam a rede pública", argumenta.

Para o professor Telmo Correia Arrais, diretor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, ao contrário, o vestibular é um mecanismo que soluciona parte

dos problemas de sua unidade. "A clientela já está selecionada, e nosso principal problema agora é a melhoria do corpo docente", reconhece. Ainda de acordo com ele, o projeto elaborado pela Pró-Reitoria pecou pela falta de uma discussão mais ampla. "Discutir um método e dar variáveis para a definição de um projeto é uma coisa bem diferente da apresentação de um modelo pronto para aplicação", diz. Para o pró-reitor Perri, apesar de o projeto ter sido visto com entusiasmo por alguns pedagogos, a aceitação por parte da comunidade é essencial. "Consideramos necessário o debate sobre o sistema a ser adotado para a avaliação do próprio projeto, já que ele nunca foi testado", resume.

BAURU

Universidade regulariza seis cursos

Seis cursos pertencentes ao campus de Bauru, que ainda se encontravam em situação irregular, tiveram seus atos de criação aprovados durante reunião do Conselho Universitário (C.O.) do último dia 31 de maio. Após a deliberação do Conselho, os cursos passaram a ter abertos os caminhos para sua legalização interna, que implica a análise das estruturas curriculares e o posterior reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação.

A partir de agora, os alunos dos cursos de Comunicação Social - Radialismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Licenciatura em Educação Física, da Faculdade de Ciências, Tecnologia Elétrica - Eletrônica, Tecnologia Agrícola - Mecanização Agrícola, Tecnologia em Construção Civil - Edifícios e Tecnologia em Gerência, da Faculdade de Engenharia e Tecnologia terão seus diplomas validados, o que não era possível até então.

Durante a mesma reunião do C.O., foi



Campus de Bauru: legalização

aprovada ainda a transformação do curso de Licenciatura em Ciências da FC de Bauru — suspenso do último vestibular —, em Licenciatura em Matemática, no período noturno, com vinte vagas. Ficam ainda dependendo de análise e aprovação do Conselho as Licenciaturas em Física e em Ciências Biológicas.

Cursos em que será implantado o projeto pedagógico		
Campus	Unid. Universit.	Curso
Araraquara	FCL	Ciências Sociais Pedagogia
Assis	FCL	História Letras Psicologia
Bauru	FAAC	Arquitetura e Urbanismo Comunicação Social - Jornalismo Comunicação Social - Radialismo Comunicação Social - Relações Públicas Desenho Industrial - Programação Visual Desenho Industrial - Projeto do Produto
	FC FET	Educação Física Engenharia Civil Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Tecnologia em Processamento de Dados Tecnologia em Mecânica - Oficinas e Manutenção
Franca	FHDSS	História Serviço Social
Ilha Solteira	FE	Engenharia Civil Engenharia Elétrica
Marília	FFC	Biblioteconomia Ciências Sociais Filosofia Pedagogia
Presidente Prudente	FCT	Educação Física Engenharia Cartográfica Geografia Matemática Pedagogia
Rio Claro	IB IGCE	Educação Física Ciências da Computação Física Geologia Matemática
São José do Rio Preto	IBILCE	Matemática
São Paulo	IA	Bacharelado em Música - Instrumentos

Trinta anos de ensino, pesquisa e extensão

Através de seus alunos, a FO de São José dos Campos tem prestado serviços de inestimável valor à comunidade



Aulas práticas que simulam à perfeição a futura vivência de um consultório

A Faculdade de Odontologia do campus de São José dos Campos é uma unidade voltada prioritariamente à graduação. Nos seus recém-completados trinta anos de atividades vem dedicando ao curso o que tem de melhor em termos de recursos humanos e infra-estrutura, permitindo aos alunos uma rica experiência, adquirida em aulas práticas que simulam à perfeição a futura vivência de um consultório. E é justamente através de seus alunos que a FO presta um inestimável serviço à comunidade, tendo realizado, só em 1989, mais de 40 mil atendimentos.

Privilegiada por sua localização, a apenas 85 quilômetros da capital, a FO-São José dos Campos vem se valendo também de um intenso intercâmbio com profissionais de São Paulo, um fator muito importante para sua atualização e modernização. "Hoje, a FO funciona como uma verdadeira empresa", afirma o diretor Antenor Araújo. "Só que o nosso lucro é representado pela qualidade de ensino e pela melhoria das condições de pesquisa e atendimento à comunidade", ressalta.

A FO surgiu em São José dos Campos graças à luta da comunidade por uma instituição de ensino superior na área da saúde. Iniciando suas atividades em março de 1960, em algumas salas do Grupo Escolar Olympio Catão, no centro da cidade, a unidade ganhou seu atual campus em 1962, construído em terreno doado pela Prefeitura. Em 1976, com a incorporação à UNESP, a unidade passou a dar atenção especial às atividades de extensão extramuros, o que levou seus alunos a uma verdadeira interação com a comunidade. A pós-graduação teve início somente em 1988. Com nove vagas, o curso, em nível de mestrado, tem como área de concentração Prótese Buco-



O diretor Antenor Araújo e um dos três prédios da FO: inestimável serviço à comunidade, com mais de 40 mil atendimentos em 1989



Fotos Hélio Toth

Maxilo-Facial (veja matéria ao lado).

Hoje, a FO está instalada em três edifícios, destinados à administração, às clínicas e às ciências básicas, além de um biotério, nove salas de aula e diversos laboratórios, entre eles o Laboratório Central de Apoio à Pesquisa, único no gênero dentro da UNESP, que serve a todos os departamentos. "Nas clínicas, são 200 equipamentos ou consultórios para 200 alunos", comemora o diretor Antenor, afirmando que, com cinquenta alunos por turma, a FO ministra verdadeiras "aulas particulares".

PESQUISAS E SERVIÇOS

Os departamentos voltados para as ciências básicas — Patologia, Morfologia e Ciências Fisiológicas — contribuem de maneira decisiva para as pesquisas. "Nossa principal responsabilidade é a formação do aluno. Queremos jogar no mercado de trabalho um profissional realmente bom", enfatiza a professora Wilma Pereira Bastos Ramos, do Departamento de Ciências Fisiológicas.

Uma dessas pesquisas, prestes a ser concluída e de caráter inédito no país, diz respeito à *Candida albicans*, uma levedura que causa doenças na boca ou nos intestinos, a que se dedicam docentes do Departamento de Patologia. "Esses estudos resultarão em dois trabalhos de livre-docência", informa o professor Mário Tsunzi Shimizu, chefe do Departamento e um dos autores da pesquisa.

Mas o forte da unidade se baseia nos atendimentos à comunidade, o instrumento que os alunos têm para poderem colocar em prática seus estudos. "O serviço extramuros, por exemplo, é prestado por alunos do quarto ano nos cerca de vinte postos montados pela Prefeitura, para o atendimento dos moradores da periferia", diz o vice-diretor, pro-

fessor Roberto Antônio Nicodemo. Segundo ele, desde que o serviço foi criado, em 1975, até o final do ano passado, foram prestados 155 mil atendimentos.

Também durante o último ano do curso, os alunos atendem a população na Clínica Integrada, ligada ao Departamento de Odontologia Restauradora. "Na Clínica Integrada, o aluno tem a oportunidade de trabalhar como se fosse em seu próprio consultório, deparando-se com todo tipo de problema", enfatiza a professora Maria Amélia Máximo de Araújo, chefe do Departamento.

No entanto, antes de chegarem à Clínica Integrada, os alunos passam por diversas especialidades e ensinamentos, ministrados junto aos Departamentos de Clínica Infantil, Diagnóstico e Cirurgia, Materiais Odontológicos e Prótese, além de Odontologia Social. Em 1989, durante as aulas práticas nessas inúmeras especialidades, foram atendidas pelos alunos 4.193 pessoas em 34.216 serviços prestados. "Num país onde o número de desdentados ultrapassa o de analfabetos, que hoje representa 22% da população, esse é um trabalho social muito importante", diz o professor Maximiliano Neisser, do Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese.

Utilizando a infra-estrutura e o pessoal de que dispõe, a unidade oferece ainda estágios e cursos de especialização a profissionais da área. O Departamento de Clínica Infantil, por exemplo, é responsável por um curso de especialização em Ortodontia, iniciado há dois anos, com dez vagas. "Um outro curso, no mesmo nível, deverá ser iniciado dentro de vinte dias, na área de Pediatria", esclarece o professor Luiz Fernando Candelária, chefe do Departamento.

Denise Pellegrini

Aqui, atendimento especializado

Visando principalmente o aprimoramento do ensino e da pesquisa, foram criados na Faculdade de Odontologia de São José dos Campos três centros de estudos e atendimentos especializados: o Centro de Oclusão e Articulação Temporomandibular (COAT), o Centro de Estudo e Tratamento das Deformidades Lábio-Palatais (CETDLP) e o Centro de Prótese Buco-Maxilo-Facial (CPBMF), este último ligado ao curso de pós-graduação da unidade.

O COAT, pioneiro no país no atendimento às disfunções da articulação temporomandibular, teve início em 1986 e, desde essa época, funciona como o último refúgio para aqueles pacientes que, por sofrerem de má articulação no sistema mastigatório, padecem de inúmeros males, como dores de cabeça ou na coluna. Só em 1989, o COAT foi procurado por 384 novos pacientes com problemas desse tipo.

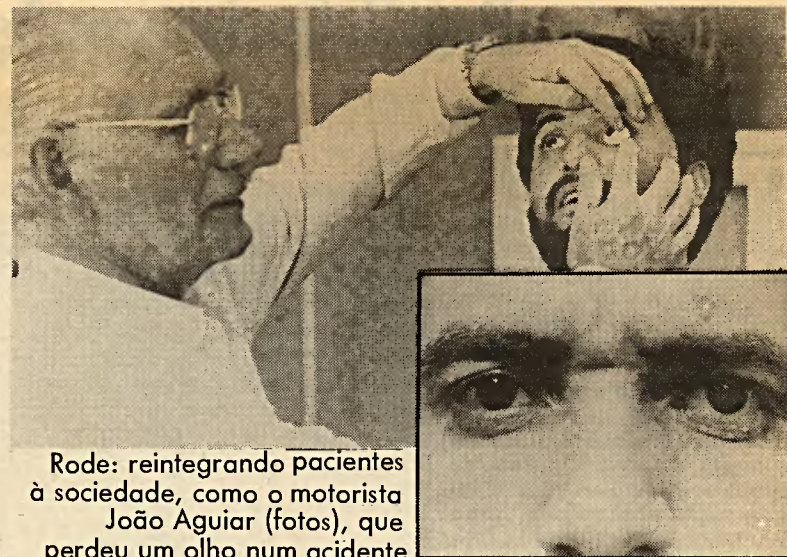
Criado dois anos antes que o COAT, o CETDLP dedica-se à reabilitação estética e psicossocial de pacientes portadores de má-formações como fenda palatina ou lábio leporino. Único serviço de porte disponível na região, o Centro atendeu, em 1989, setenta pacientes.

PRÓTESES

Cuidando de uma especialidade pou-

co conhecida dentro da Odontologia, o Centro de Prótese Buco-Maxilo-Facial dedica-se à reabilitação de pacientes através da reconstituição de partes do rosto — nariz, orelha, boca, olho ou face — perdidas em acidentes ou mesmo por doenças como o câncer. O CPBMF intervém nos casos em que a cirurgia plástica não pode mais resolver, executando serviços bastante complexos e demorados — cerca de oito próteses a cada dois meses. O coordenador desse trabalho, há mais de vinte anos, é o professor Rolf Rode que, além de ser responsável pelo Centro, responde ainda pela Coordenação do curso de pós-graduação. "Lançamos mão de todas as técnicas presentes na Odontologia para reintegrar o paciente à sociedade", afirma Rode. João Luiz Aguiar, um de seus pacientes, que recebeu uma prótese ocular após perder o olho esquerdo em um acidente de automóvel, considera sua recuperação perfeita. "Posso até movimentar o olho normalmente", festeja João, recentemente contratado pelo professor como seu motorista. Para Rode, seriam necessários mais serviços do gênero no país: "Com o curso de pós-graduação, talvez consigamos disseminar novos núcleos de ensinamentos e atendimentos", prevê.

(D.P.)



Rode: reintegrando pacientes à sociedade, como o motorista João Aguiar (fotos), que perdeu um olho num acidente

FACULDADE DE ODONTOLGIA		
FUNCIONÁRIOS		NÚMERO TOTAL 255
GRADUAÇÃO		
CURSO		N.º DE ALUNOS
Odontologia		201
PÓS-GRADUAÇÃO		
CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	N.º DE ALUNOS (Mestrado)
Odontologia	Prótese Buco-Maxilo-Facial	09
ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS		
DEPARTAMENTOS		
Ciências Fisiológicas Clínica Infantil Diagnóstico e Cirurgia Materiais Odontológicos e Prótese		Morfologia Odontologia Restauradora Odontologia Social Patologia
DOCENTES		
REGIME DE TRABALHO		N.º DE DOCENTES
RDIDP		59
RTC		26
RTP		15
TOTAL		100
Campus de São José dos Campos - Av. Engenheiro Francisco José Longo, 777 CEP 12200 - São José dos Campos - SP - Fone: (0123) 21-8166		

Na próxima edição, o perfil do Instituto de Artes do campus de São Paulo

TESES, DISSERTAÇÕES E CONCURSOS

DOCENTES

- Benedito Antônio Ferreira (FO - Araraquara): "Reparo em feridas de extração dentária sob influência da radiação X. Estudo histomorfológico em ratos". Banca: José Alberto de Souza Freitas, Tetuo Okamoto, Frab Norberto Catanzaro, José Antônio de Campos Machado e Pedro Antônio Acetoze. Livre-docência, dia 7 de fevereiro, na FO.
- João Eduardo Guarnetti dos Santos (FCA - Botucatu): "Cultivadores mecânicos: Características operacionais e eficiência de controle de plantas daninhas". Banca: Antônio Gamero, Hugo Benez e Tomaz Caetano Rippoli. Mestrado, dia 22 de fevereiro, na FCA.
- Petrônio Masanobu Tanisho (FE - Guaratinguetá): "Análise experimental de um tocador de calor com tubos de calor para baixas inclinações". Banca: Nelson Múrcia, Paulo Magalhães Filho e Ulderico Mandolesi. Mestrado, dia 2 de março, na FE.
- Mauro Pedro Peres (FE - Guaratinguetá): "Estudo de amortecedores de vibrações de linhas de transmissão de energia elétrica". Banca: Nazem Nascimento, Gabriel Félix Gueler e Paulo Selegim. Mestrado, dia 20 de março, na FE.
- Maria Tercília Vilela de Azeredo Oliveira (IBILCE - São José do Rio Preto): "Estudo citogenético em túbulos de Malpighi, glândulas salivares e testículos de triatomíneos (Triatominae, Heteroptera)". Banca: Hermione Elly Melara de Campos Bicudo, Alejo Mesa, Itamar Ruiz, Maria Luiza Silveira Mello e James Robert Coleman. Doutorado, dia 3 de abril, no IBILCE.
- Sizenando de Toledo Porto Neto (FO - Araraquara): "Avaliação da microinfiltração marginal nas paredes de esmalte e de cimento em cavidades de classe V, restauradas com resina composta e cimento de ionômero de vidro". Banca: Welington Dinelli, Marco Antônio Compagnoni, Maria Fidela de Lima Navarro, Simonides Consani e Lauro Cardoso Villela. Doutorado, dia 18 de abril, na FO.
- Fernando Mandarino (FO - Araraquara): "Capacidade de polimerização da resina composta ativada por luz visível. Efeito de materiais, aparelhos, tonalidades de cor e tempos de exposição em diferentes profundidades". Banca: Celso Luiz de Angelis Porto, Gelson Luis Adabo, Eduardo Batista Franco, Narciso Garone Neto e Marcelo Oliveira Mazzetto. Doutorado, dia 24 de abril, na FO.
- Anselmo Gomes de Oliveira (FCF - Araraquara): "Efeito de micelas e microemulsões na estabilidade de compostos de uso terapêutico. Análise da decomposição uni e bimolecular do antibiótico betalactâmico cefaclor". Banca: Hernan Chaimovich, Shirley Schreier, Omar El Seould, Antônia Amaral e Laerte de Oliveira. Doutorado, dia 3 de maio, no IQ-USP.
- Ariel Antônio Mendes (FMVZ - Botucatu): "Efeito de fatores genéticos, nutricionais e de ambiente sobre o rendimento de carcaça de frangos de corte". Banca: Aleksandrs Spers, Flávio Baccari Júnior, Otto Mack Junqueira, Esleibe Ghion e Egladson João Campos. Livre-docência, dias 15 e 16 de maio, na FMVZ.
- Roberto Hessel (IGCE - Rio Claro): "Construção de um acelerador de elétrons e sua utilização para o estudo da emissão secundária em materiais dielétricos". Banca: Bernhard Gross, Giorgio Moscati, Robert Lee Zimmerman, René Ayres de Carvalho e Valentin Obac Roda. Doutorado, dia 25 de maio, na USP - São Carlos.

ALUNOS

- Walter Leal de Moura (FO - Araraquara): "Estudo histológico do período de inserção de incisivos de cão, reimplantados após estocagem em leite pasteurizado sob diferentes temperaturas". Banca: Mauro Aironi Rulli, Elcio Marcantônio, Ivan Giacomo Pizza, Celso Eduardo de Moraes Barbosa e Tetuo Okamoto. Doutorado, dia 13 de fevereiro, na FO.
- José Carlos Martinez (FCA - Botucatu): "Relações entre os valores de oxigênio - 18 em águas naturais de bacias hidrográficas". Banca: Rodolfo Leopoldo, Evaldo Klar, Marozi Righetto, Elich Mat-sui e Carlos Ducatti. Doutorado, dia 20 de fevereiro, na FCA.
- Cláudia Regina Bonini Domingos (IBILCE - São José do Rio Preto): "Prevalência de hemoglobinas anormais, fenótipos de haptoglobinas e quantificação de hemoglobinas A2 e fetal em portadores da doença de Chagas". Banca: Paulo César Naoum, Adelina Buzini da Costa Silva e Hélio Moraes de Souza. Mestrado, dia 20 de fevereiro, no IBILCE.
- Maria Aparecida Parra Rodrigues (IGCE - Rio Claro): "Impactos climáticos no cultivo do café na Nova Alta Paulista - SP". Banca: Walter Cecilio Brino, Antônio Carlos Tavares e Hideo Sudo. Mestrado, dia 21 de fevereiro, no IGCE.
- Marise Grecca Garcia (IB - Botucatu): "Estudos citogenéticos dos efeitos de possíveis toxinas do *Paracoccidioides brasiliensis* e da Anfotericina B sobre linfócitos humanos". Banca: Dêria Villalba Freire-Maia, Maria Terezinha Serrão Peraçoli e Nivea Dulce Tedech Froes. Mestrado, dia 21 de fevereiro, no IB.
- Firmino Álvares Filho (IBILCE - São José do Rio Preto): "O gene β^S (Hemoglobina S) no Brasil. Distribuição geográfica, etária e racial". Banca: Paulo César Naoum, Celso Carlos de Campos Guerra, Milton Artur Ruiz, Haroldo Wilson Moreira e Elolsa Helena Tajara da Silva. Doutorado, dia 21 de fevereiro, no IBILCE.
- Alan Marcos Neves da Silva (IB - Botucatu): "Relações morfométricas das junções mioneurais com as fibras musculares nos músculos oblíquos da parede ventrolateral do abdome da cobaia (*Calvia porcellus*)". Banca: Jair de Campos Soares, Neivo Luiz Zorzetto e Armandu Alves. Mestrado, dia 22 de fevereiro, no IB.
- Omar Carlos Pesantes Segura (IB - Rio Claro): "Relações entre algumas espécies do gênero *Bothrops*, pela eletroforese do plasma e morfologia do hemipênis (Serpentes: Viperidae)". Banca: Augusto Shinya Abe, Luiz Dino Vizotto e Phan Van Ngan. Mestrado, dia 2 de março, no IB.
- Renato Herman Sundfeld (FO - Araraquara): "Análise microscópica da penetração 'in vivo' de selantes de fôssulas e fissuras. Efeitos de tratamentos superficiais e materiais". Banca: Ueide Fernando Fontana, José Benedicto de Mello, Jorge Komatsu, Lauro Cardoso Villela e Luis Roberto de Toledo Ramalho. Doutorado, dia 5 de março, na FO.
- Luis Augusto Passeri (FO - Araraquara): "Reparo tecidual após vestibuloplastias por transposição de retalhos e por enxertia de mucosa. Estudo histológico em cães". Banca: Antônio César Perri de Carvalho, Edy Walter de Souza, Paulo Villela Santos Júnior, Mário Francisco Real Gabrielli, Márcio Giampietro Sanches, Mateus Carvalho Leite e Tetuo Okamoto. Doutorado, dia 5 de março, na FO.

Mário Rubens Montenegro

A primeira e necessária observação que se deve fazer a respeito do livro *A Face Oculta da Universidade* (Editora UNESP, 305 págs., Cr\$ 1.100,00), do cientista francês Wladimir Kourganoff, é a de que o autor se refere à França, onde o ensino superior tem estrutura diferente da nossa — muitas de suas críticas e propostas, por exemplo, não são aplicáveis a nossos problemas. O autor é físico e, por mais que se esforce, não consegue se desvencilhar de sua vivência, deixando perceber que considera as outras ciências como "soft sciences". Pela mesma razão, cai na armadilha (que condena) de "extrapolar, para todas as disciplinas, constatações que são verdadeiras apenas para algumas".

O cerne do livro de Kourganoff é a discussão da aparente impossibilidade de que uma pessoa possa ser, ao mesmo tempo, bom pesquisador e bom professor. Ao iniciar a discussão, o autor descreve as características do pesquisador e do professor, tentando demonstrar serem elas tão diferentes que somente em casos excepcionais poderão ocorrer na mesma pessoa. O autor caracteriza extremos: de um lado, o pesquisador puro, esgoista, de relacionamento difícil, dissimulado, interessado em um pequeno fragmento do saber que procura para sua própria satisfação, não se interessando em divulgá-lo a não ser para o pequeno grupo de iluminados com que interage; de outro, o professor, altruísta, simpático, expansivo, interessado nas grandes sínteses e na sua ampla divulgação. Esta separação me parece maniqueísta e os tipos descritos, excepcionais, pois a grande maioria daqueles que convivem com o ensino e a pesquisa se situam entre os dois extremos.

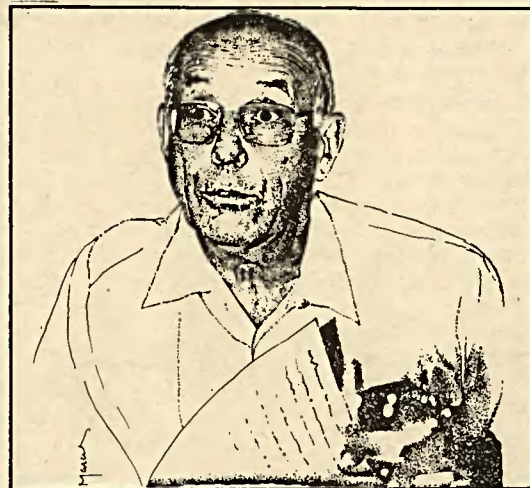
Ao separar as ciências em verticais, aquelas como a física, que têm uma base sólida de conhecimentos sem a qual é impossível nela progredir, e horizontais, aquelas em que qualquer um pode se iniciar sem outros conhecimentos, mais uma vez exagera. Como exemplo de ciência horizontal, lembra a história e cita Schlieman que, aos 40 anos, tornou-se arqueólogo e, sem preparo prévio, descobriu Tróia. Ora, ele nunca poderia fazê-lo se não tivesse conhecimento teórico sobre a Grécia. Recentemente, aliás, Schlieman vem sendo acusado de ter forjado certos achados; acredito que não "forjou" nada, apenas, como amador, não tinha a base necessária para interpretá-los.

Assim, mesmo para as "ciências horizontais", creio ser imprescindível que o pesquisador possua um núcleo central de conhecimentos básicos, sem os quais será impossível investigar com segurança.

O professor seria o responsável, de um lado, pela transmissão deste núcleo central de conhecimentos básicos e, de outro, pela atualização deste núcleo através da incorporação do conhecimento derivado da pesquisa. Para que esta incorporação possa ser crítica, deve ele ter vivência ou contato constante com a pesquisa.

O pesquisador, embora dedicado ao pequeno campo de sua pesquisa, não pode deixar de lado o geral, para que possa analisar criticamente a relevância de seus resultados. O próprio autor chama atenção para a frequência com que a pesquisa superespecializada traz resultados irrelevantes e insiste em que "o especialista não deve especializar-se na mesma proporção em que ignora o resto".

Portanto, o próprio Kourganoff acaba minimalizando a aparente incompatibili-



Marques

dade entre pesquisa e ensino e propõe soluções para contorná-la, como a "alternância durante um longo período durante o qual cada um desempenha uma determinada função por um período de 5 a 6 anos".

Mais adiante, Kourganoff discute o "culto" à pesquisa e seu efeito negativo sobre o ensino, assunto que se adapta muito bem à nossa universidade, onde, como na França, "os docentes pesquisadores consideram natural negligenciar seus deveres de educadores". Enfatiza ser muito mais fácil conseguir prestígio pesquisando do que ensinando, pois a universidade não se preocupa em avaliar a atividade didática e muito menos premiá-la.

Acrescenta a atração exercida pela administração e, em especial, as "horas incontáveis" perdidas, tanto para a pesquisa quanto para o ensino, em conciliabulos estérteis, reuniões, comissões, assembléias e conselhos..., sem deixar de citar o tempo perdido "na administração dos recursos derivados do financiamento da pesquisa".

Diante desta situação, a tendência é desprezar o ensino que, de todas as três atividades, é a que confere menos poder e prestígio.

A proposta para correção destes desvios seria a valorização da atividade didática e sugere que todas as promoções na carreira universitária incluam a avaliação de relatórios sobre a atividade dos candidatos no ensino, suas qualidades pedagógicas e "maneira" pela qual os estudantes reagem ao seu ensino. Para estes "relatórios", propõe uma série de critérios, alguns referentes ao julgamento pelos pares e outros pelos estudantes. A proposta me parece válida, e a nossa Pró-Reitoria de Graduação, que já vem estudando a matéria, poderá levar em conta algumas das sugestões de Kourganoff.

Outros problemas discutidos são: a influência da pesquisa sobre o ensino, a crítica do conceito de que o ensino deve preocupar-se com "a ciência que está sendo feita", insistindo na necessidade de ensinar também o conhecimento básico a partir do qual a pesquisa inova; a necessidade de incentivar e valorizar as publicações didáticas, onde os "generalistas" integram o conhecimento novo ao tradicional; a necessidade de um mínimo de disciplina, pois "o objetivo da universidade não é a manutenção da ordem, mas não há universidade sem ordem".

Conclui que o "objetivo principal da universidade é a formação do estudante" e, para que isso ocorra, é necessário abandonar um pouco o fascínio pela pesquisa, valorizando a atividade didática, conclusão com a qual concordo inteiramente.

Mário Rubens Montenegro é professor emérito da Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP.



ESTANTE

A REINVENÇÃO DA CIDADE E DA MULTIDÃO, de Carlos Monarcha. Cortez Editora (co-edição com a Editora Autores Associados). Coleção Educação Contemporânea. 151 páginas. Cr\$ 780,00

Os temas pioneiros da educação e Escola Nova são recorrentes na história da educação brasileira e frequentemente analisados como um momento de ruptura no interior do pensamento pedagógico liberal, originando um confronto entre pensadores conservadores e renovadores — ou, dito de outra forma, entre adeptos da Escola Nova e Escola Tradicional. Retomando a difusão do ideário liberal escolanovista nas décadas de 20 e 30, Carlos Monarcha, atualmente trabalhando junto aos Núcleos de Ensino da UNESP, questiona aqui algumas conclusões comuns no âmbito da história da educação, propondo uma reinterpretação da trajetória do escolanovismo brasileiro: ali onde se vê o fracasso do ideário renovador, o autor procura captar a dimensão do sucesso político no complexo processo de engendramento do mundo urbano-industrial.



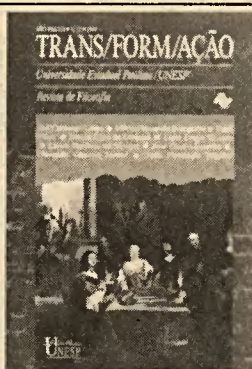
ARTE, de vários autores. Editora UNESP. 132 páginas.

São doze artigos, todos inéditos e todos voltados para a arte. Entre os temas abordados, destacam-se a fotografia, em "Moradia, Natureza, Gente — Fotoimagem: Montagem e Desmontagem em Novaimagem", de Neide Marcondes, onde a autora estuda a evolução técnico-artística a partir do século passado; a literatura, em "Fisionomias Possíveis do Sujeito, em A Educação pela Pedra de João Cabral", onde Dirce Tereza Ceribeli pretende apontar algumas "faces" do sujeito criador desta obra; a música, no ensaio "Beethoven e a Revolução Francesa", de Maria de Lourdes Sekeff Zampronha; e a pintura, abordada no artigo "Oriente/Ocidente, Uma Integração Pictórica: Tomie Ohtake", assinado por João Spinelli. Além desses, figuram ainda nesta edição de *Arte* os seguintes artigos: "Formas Monstruosas e Arte — Desenhos e Pinturas de Jayme de Souza Filho", de Irineu de Moura; "A Constituinte de Daniel", de Romildo Sant'Anna; "Classicismo e Romantismo. A Disciplina e a Liberdade na Arte", de Yolanda Lhullier dos Santos; "A Pintura Serena quase Piedosa de Daniel", de Dinorath do Valle; "Cenas de Amor", de Urquiza Maria Borges; "Arte/Delírio", de Zilpha Braga; "Sonatina I", de Sérgio Vasconcelos Corrêa; e "L'après-midi d'un Faune — Um Balé Encenando o Poema", de Sofia Helena Cavalcante.



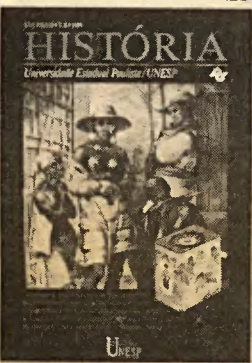
TRANS/FORMAÇÃO: REVISTA DE FILOSOFIA, de vários autores. Editora UNESP. 147 páginas.

Nesta edição, a revista *Trans/Form/Ação*, publica oito ensaios, abordando as obras de autores tão dispares como Martins Pena ("A Comédia Desclassificada de Martins Pena", por Iná Camargo Costa) e Clarice Lispector ("Considerações a Respeito do Existencialismo na Obra de Clarice Lispector", de Maria Elisa de Oliveira), Descartes ("Descartes: Um Naturalista?", de Lígia Fraga Silva) e Stendhal ("Stendhal Pensador: O Conceito Feito Narrativa", de Raul Fiker). Além desses, figuram, neste número, os seguintes artigos, todos originais: "Tragédia: Uma Alegoria da Alienação", de Mário Fernando Bolognesi; "Charles Sanders Peirce: Ciência Enquanto Semiótica", de Lauro Frederico da Silva; "Fiat Voluntas Tua! Vício e Pecado na Ética de Abelardo", de João Carlos Estevão; e "O Grande Experimento: Sobre a Oposição entre Eticidade (*Sittlichkeit*) e Autonomia em Nietzsche", de Oswaldo Giacoia Junior.



HISTÓRIA, de vários autores. Editora UNESP. 117 páginas.

A revista *História* traz, neste número, nove artigos, todos inéditos. Discutindo os pressupostos que orientam os estudos históricos sobre as classes populares da Primeira República, Antonio Celso Ferreira assina o artigo "No Fio da Navalha: Classes Populares da República sob os Olhos dos Historiadores". Em "Estado Liberal e Burguesia na Primeira República", Paulo Alves analisa as relações entre as frações industriais e agrárias da burguesia face às estruturas de poder na Primeira República. A propósito do 30.º aniversário de fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia — campus de Presidente Prudente, Dióres Santos Abreu assina o artigo "Uma Contribuição para a História da UNESP", onde reflete sobre os primórdios da UNESP. "Café e Política: 1889-1930" é o tema de que se ocupa Fernando Kolleritz. Além dos citados, *História* traz ainda os seguintes artigos: "A Eficácia dos Cursilhos de Cristandade", de Benedito Miguel Gil; "A Política de Aldeamentos e Bandeiras no Vale do Paranapanema", de Maria do Carmo Sampaio Di Credde; "Modo de Vida de Escravos e Forçados em las Fortificações de Cuba Siglo XVIII", de Francisco Pérez Guzmán; "O Tipo Judeu nas Cantigas Cortesãs, Trovadas em Leão e Castela na Época de Afonso, o Sábio", de Olga Mussi da Silva, e "Fotografia e História", de Paulo Alves e Roberto C. Massei.



MÚSICA

Um estímulo aos contrabaixistas

Entre os próximos dias 1.º e 6 de julho, o Instituto de Artes da UNESP (IA) estará promovendo, em seu campus, o I Encontro Nacional de Contrabaixo. Com os objetivos básicos de suprir deficiências no ensino do contrabaixo e estimular o desenvolvimento de atividades musicais e culturais através do instrumento, o IA pretende, nestes seis dias, reunir instrumentistas de todo o país, muitos deles profissionais de renome internacional.

Ao longo do evento, serão promovi-

das, entre outras atividades, uma série de 12 *workshops*, palestras e *master classes*, supervisionadas pelo professor Milton Masciadri, docente da Escola de Música da Universidade da Georgia, nos Estados Unidos. Estão previstos também, neste encontro, uma série de três recitais e três shows apresentados pelos professores convidados, acompanhados por suas bandas ou pianistas.

Maiores informações poderão ser obtidas no IA, pelo telefone (011) 274-4733.

HAPPENING



Thor Crespi Amêndola

Instalações do IA: 18 horas de pura provocação musical

Barulho, silêncio, microfonia: uma vitrine de sons transgressores

É o "Fluxus Event(o)unesp", com a nata da vanguarda

Sexta-feira, 13 de julho. Tudo começa com o fim do dia, às 18 horas. Do cenário fazem parte uma capela, um átrio, um anfiteatro e seis salas. Os sons que virão com a noite poderão provocar as reações mais inesperadas — da surpresa ao tédio, do encantamento à raiva — e vão ficar no ar até o meio-dia do sábado. Nesse período de 18 horas, o Instituto de Artes (IA) vai promover o "Fluxus Event(o)unesp", onde serão mostradas algumas das produções mais provocadoras da vanguarda musical dos últimos cem anos.

A trilha sonora desse acontecimento ficará por conta de nomes que, com sua música, ocasionaram barulhentas polêmicas ou o silêncio espantado do público. A peça "Vexations", por exemplo, composta em 1893 pelo francês Erik Satie, tomará conta do anfiteatro do IA por 16 horas seguidas. Na verdade, a melodia dessa obra para piano dura pouco mais de um minuto, porém o autor recomenda que ela seja tocada sem interrupções 840 vezes. Assim, segundo o professor John Boudler, vice-diretor do IA e promotor do "Fluxus", três ou quatro pianistas deverão se revezar durante o tempo necessário para a interpretação fiel da peça. "Além disso, serão também necessárias três ou quatro pessoas para a contagem das execuções da música, que deve ser tocada exatamente 840 vezes", explica o professor.

Simultaneamente, o átrio do IA estará reservado para uma obra de 1952 do norte-americano John Cage. Ela se chama simplesmente "4'33'", porque dura exatos quatro minutos e 33 segundos e tem a vantagem de poder ser executada por qualquer pessoa — afinal, a instrução do compositor é que, durante esse

tempo, não se toque nenhum instrumento. "A proposta do Cage é mostrar que o silêncio não existe, porque sempre haverá algum barulho ocorrendo nesse período estabelecido", justifica Boudler, esclarecendo que o público apenas saberá que a obra começou e terminou através de um lâmpada colocada num ponto estratégico do átrio.

Dezenas de outras peças serão apresentadas em outros pontos do IA, que será transformado numa verdadeira vitrine de propostas sonoras transgressivas. Diante do público estarão obras como "Pendulum music", de Steve Reich, em que o movimento pendular de quatro microfones suspensos do teto provoca microfonia variadas em quatro caixas acústicas colocadas embaixo deles. Haverá também instalações e performances, como na peça de LeMonte Young, na qual um bloco de feno é colocado no palco para ser devorado por um piano. Para a execução das várias obras, já estão garantidas as presenças do Grupo de Percussão do IA, do Quarteto Ácronos e do Trio Stoppage.

Boudler pretende que o "Fluxus" seja um "happening" no melhor estilo dos anos 60. "Há músicos que pensam que estão fazendo algo novo, mas apenas repetem o que já foi feito há quase um século", ironiza. O vice-diretor do IA esclarece que o nome do evento surgiu da sua intenção de criar um fluxo de informações, sons e, também, de gente nas instalações do Instituto. Ele espera que, sendo puxadas pelos ouvidos, as pessoas prestem mais atenção no que acontece ao seu redor: "Não é preciso que os meios de comunicação digam o que é ou não é arte, para que alguma coisa seja ouvida e apreciada", propõe.